



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA MONT SERRAT BOMFIM MARIANO

**UMA ANÁLISE DA AMEAÇA DE EMPREGO DE ARMAS NUCLEARES
TÁTICAS NA INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA: DISSUAÇÃO
ESTRATÉGICA E TABU NUCLEAR**

JOÃO PESSOA

2023

MARIA MONT SERRAT BOMFIM MARIANO

**UMA ANÁLISE DA AMEAÇA DE EMPREGO DE ARMAS NUCLEARES
TÁTICAS NA INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA: DISSUAÇÃO
ESTRATÉGICA E TABU NUCLEAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior.

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M333a Mariano, Maria Mont Serrat Bomfim.

Uma análise da ameaça de emprego de armas nucleares táticas na invasão da Ucrânia pela Rússia: dissuasão estratégica e tabu nuclear / Maria Mont Serrat Bomfim Mariano. - João Pessoa, 2023.

88 f. : il.

Orientação: Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Dissuasão Nuclear. 2. Doutrina Nuclear Russa. 3. Tabu Nuclear. 4. Ucrânia. I. TEIXEIRA JUNIOR, AUGUSTO WAGNER MENEZES. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

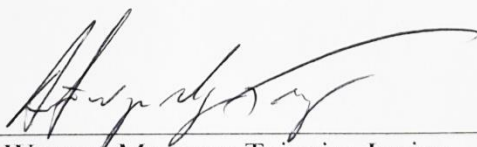
MARIA MONT SERRAT BOMFIM MARIANO

**UMA ANÁLISE DA AMEAÇA DE EMPREGO DE ARMAS NUCLEARES TÁTICAS NA
INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA: DISSUAÇÃO ESTRATÉGICA E TABU
NUCLEAR**

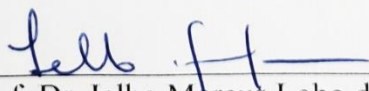
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 05 de junho de 2023

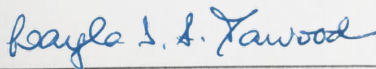
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof.ª Dr.ª Layla Ibrahim Abdallah Dawood
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

À minha avó, in memoriam, cuja perda irreparável tornou mais custosa a finalização deste trabalho, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, cujo sustento e cuidado jamais me abandonou durante todo este percurso.

À minha mãe, Regina, minha força e inspiração diárias, quem sempre investiu nos meus estudos, incentivou e apoiou minhas empreitadas.

Ao meu noivo, Valter, que ouviu pacientemente todas as nuances, preocupações e angústias acerca deste trabalho, além de, por insistência minha, ter praticamente decorado toda a geografia do leste europeu.

Às minhas colegas de apartamento, Juliana e Sophia, que, por vezes, extenuaram sua paciência ouvindo sobre o tema central deste trabalho.

À minha prima, Isabelle, que revisou este texto em tempo recorde e apaziguou minhas inseguranças.

Ao meu orientador, Augusto, especialmente, por seu apoio desde o início da graduação e incentivo à produção científica, como também pelas suas contribuições que me deram as ferramentas necessárias para a realização desta pesquisa, além de sua constante confiança depositada nas minhas capacidades.

*“A guerra é um sinal de que os homens estão
contra Deus e, portanto, estão também uns
contra os outros”.*

(Venerável Fulton Sheen)

RESUMO

A presente monografia busca explicar, a partir de uma análise qualitativa, a ameaça do emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia. Neste intuito, baseia-se na teoria da dissuasão nuclear e do tabu nuclear como variáveis explicativas ao fenômeno. Destacando, assim, a possibilidade de quebra do tabu nuclear vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, a pesquisa se apoia na teoria da dissuasão utilizando autores como Morgan (2003), Schelling (2020), Mearsheimer (1983; 1993), além de Waltz (1981; 2001; 2012), bem como nos documentos oficiais da Rússia, como a Doutrina Nuclear Russa (2020). Adicionalmente, apoia-se em Tannenwald (2007), com suas considerações sobre o tabu nuclear e em Atkinson (2010), cujas críticas o complementam. De modo a alcançar os objetivos propostos, analisou-se os documentos oficiais da estratégia nuclear russa à luz dos debates supracitados. Em conclusão, a pesquisa destaca que o tabu nuclear, ainda que presente, não possui força impeditiva suficiente quanto ao emprego de armas nucleares. Contudo, seu apoio à dissuasão nuclear a fortalece enquanto estratégia adotada pelos Estados nuclearmente armados.

Palavras-Chave: Dissuasão Nuclear; Doutrina Nuclear Russa; Tabu Nuclear; Ucrânia.

ABSTRACT

This paper seeks to explain, from a qualitative analysis, the threat of the use of tactical nuclear weapons in Ukraine. For this purpose, it is based on the theory of nuclear deterrence and nuclear taboo as explanatory variables for the phenomenon. Thus highlighting the possibility of breaking the nuclear taboo in force since the end of World War II. To this end, the research is based on the theory of deterrence using authors such as Morgan (2003), Schelling (2020), Mearsheimer (1983; 1993), in addition to Waltz (1981; 2001; 2012), as well as official documents from Russia, such as the Russian Nuclear Doctrine (2020). Additionally, it relies on Tannenwald (2007), with its considerations on the nuclear taboo, and on Atkinson (2010), whose criticisms complement it. In order to achieve the proposed objectives, the official documents of the Russian nuclear strategy were analyzed in the light of the aforementioned debates. In conclusion, the research highlights that the nuclear taboo, although present, does not have sufficient impeding force regarding the use of nuclear weapons. However, its support for nuclear deterrence strengthens it as a strategy adopted by nuclear-armed states.

Keywords: Nuclear Deterrence; Nuclear Taboo; Russian Nuclear Doctrine; Ukraine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica das localizações geográficas das Armas nucleares na Europa.....	28
Figura 2 - Representação gráfica da localização geográfica da Base de Sebastopol.....	49
Figura 3 - Representação gráfica da divisão linguística da Ucrânia.....	52
Figura 4 - Representação gráfica do controle de terreno na Ucrânia e os principais eixos de manobras russas, em 28 de fevereiro de 2022.....	55

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Arsenal Nuclear (Inventário total) dos EUA, Rússia, França e Reino Unido.....	26
Gráfico 2 - Ogivas nucleares estacionadas em ICBMs, SLBMs e HB - EUA e Rússia.....	35
Gráfico 3 - Lançadores e HB estacionados e não estacionados por EUA e Rússia.....	35
Gráfico 4 - ICBMs, SLBMs e HBs estacionados ¹ - EUA e Rússia.....	36

¹ O Glossário de Termos e Definições da OTAN considera deployment como referente à movimentação de forças dentro das áreas de operações (NATO, 2013).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela comparativa entre os arsenais nucleares dos EUA e da Rússia.....	24
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSDS - Center for Strategic and Defense Studies

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FAS - Federação de Cientistas Americanos

HB - Bombardeiros pesados (heavy bombers)

ICBMs - Mísseis balísticos intercontinentais terrestres

INF - Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário

MAD - Destruição Mútua Assegurada (Mutual Assured Destruction)

NEW START - New Strategic Arms Reduction Treaty

NNSA - Administração de Segurança Nuclear Nacional dos EUA

NRDC - Conselho de Defesa dos Recursos Naturais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTSC - Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

SLBMs - Mísseis balísticos lançados de submarinos

TNP - Tratado de Não-proliferação Nuclear

TPNW - Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DISSUAÇÃO E TABU NUCLEAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 A dissuasão nuclear nas relações internacionais: racionalidade, capacidades e credibilidade.....	18
2.2 O tabu nuclear nas relações internacionais: o não-uso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, aspectos racionais, morais e normativos	31
3. CONTEXTO HISTÓRICO	44
3.1 Contexto histórico do conflito russo-ucraniano.....	44
3.2 Um ano de invasão russa na Ucrânia: desenvolvimento do conflito e implicações para a estratégia russa	54
4. ANÁLISE DE CASO.....	62
4.1 A Doutrina Nuclear Russa: escalar para desescalar, uma estratégia de dissuasão.....	62
4.2 A estratégia da coerção na prática: a ameaça de emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia, dissuasão, competência e aspectos normativos	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca explicar, por meio da revisão de literatura, a partir de uma análise qualitativa, a ameaça do emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia, bem como do não emprego dessas armas. Para este efeito, o trabalho realizou recorte temático ao priorizar o tema da dissuasão nuclear e do tabu nuclear. De forma a melhor orientar o estudo, a pesquisa explorou o caso da Guerra russo-ucraniana, destacando a possibilidade de quebra do tabu nuclear vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em especial devido à ameaça do emprego de armas nucleares táticas da Rússia contra a Ucrânia. Assim, o não emprego, ainda que com ameaças, e, paralelamente, o possível emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia por parte da Rússia é o evento — ou não evento² — que se busca compreender.

O desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa se deu, ainda, com uma análise documental, partindo de fontes como relatórios e pronunciamentos oficiais dos governos envolvidos diretamente no conflito ou não, *fact sheets*, declarações de intenção, matérias obtidas de mídias, como jornais, revistas e redes de notícias *online*. Além disso, de modo a alcançar os objetivos propostos, analisou-se os documentos oficiais da estratégia nuclear russa à luz dos debates supracitados. Por um lado, a ameaça de emprego de armas nucleares por parte dos Estados para a resolução de crises ou conflitos internacionais demonstra a perene relevância da estratégia de dissuasão nuclear. Por outro lado, evidencia a importância da compreensão do tabu nuclear, já que a não ocorrência do evento, isto é, o não-emprego, é mais recorrente. Em conclusão, a pesquisa destaca que o tabu nuclear, ainda que presente, não possui força impeditiva suficiente quanto ao emprego de armas nucleares. Contudo, seu apoio à dissuasão nuclear a fortalece enquanto estratégia adotada pelos Estados nuclearmente armados, como a Rússia.

A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, somada às ameaças da possibilidade de emprego de armas nucleares táticas por parte do governo russo, são evidências empíricas da relevância deste trabalho. Mesmo antes da supracitada invasão, os debates acerca da nuclearização do Irã, a falta de acordo deste com os governos dos EUA, Israel e Arábia Saudita, as constantes – ainda que não em grande escala – escaramuças entre

² Isso porque o que se visa explicar é o não uso de armas nucleares.

Paquistão e Índia (ambas nações nuclearmente armadas) e a expectativa de invasão da Ilha de Taiwan pela República Popular da China, apresentavam outras situações geopolíticas que potencialmente poderiam vir a se tornar conflitos nucleares.

Tendo em vista essas considerações, a ainda presente ameaça nuclear sobre o mundo torna imperativa sua melhor compreensão por parte de tomadores de decisão acerca do funcionamento e aplicação da dissuasão nuclear, bem como das consequências de sua falha que resultaria, portanto, no emprego de tais armas em um conflito. Tal qual aponta Wirtz (2018), a execução de uma ameaça dissuasória só ocorre em caso de falha da dissuasão como estratégia.

Somado a isso, é de suma importância compreender o não-uso das armas nucleares, considerando que a não ocorrência do evento se sobrepõe em demasia à sua concretização. O tabu nuclear, uma alternativa explicativa para além do sucesso da dissuasão, configura alta relevância para o entendimento do não-emprego dessas armas na Ucrânia. Especialmente, porque, como lembra Tannenwald (2007), só estudamos o contrafactual (o possível emprego de armas nucleares) devido a uma expectativa razoável de que este poderia ocorrer. Isto é, consideramos que o uso de armas nucleares provavelmente teria acontecido ou poderia facilmente ter acontecido, exceto pelo fator ou fatores cruciais que identificamos (TANNENWALD, 2007).

Durante a Guerra Fria, o mundo esteve mais próximo de um conflito nuclear direto entre grandes potências. Devido ao risco de destruição mútua assegurada (MAD)³, a relevância dessa questão era mais palpável no dia a dia. Todavia, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que é uma potência nuclear, assim como o apoio prestado pelo Ocidente, em especial países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por meio do fornecimento de armas e outros equipamentos para o esforço bélico ucraniano, além de pacotes econômicos bilionários e ajuda humanitária, tem reacendido o medo tão característico da última era bipolar.

Assim, nas universidades e nos *think tanks*, há certo consenso de que um conflito nuclear não é o resultado desejado, nem mesmo para a Rússia. Qualquer uso nuclear, por menor que seja, quebraria um tabu de 77 anos e poderia tornar a Rússia um pária internacional, abandonada por parceiros como China e Índia (CSIS, 2022). A pesquisa, portanto, visará analisar os acontecimentos presentes à luz da teoria da dissuasão, bem como

³ Sigla em inglês (*Mutual Assured Destruction*)

à luz do tabu nuclear a fim de compreender tanto a ameaça russa em relação ao uso de armas nucleares quanto o não-emprego dessas armas na Ucrânia.

Com efeito, em 24 de fevereiro de 2022, teve início a invasão russa à Ucrânia. Sob as justificativas de garantir a neutralidade ucraniana (isto é, sua não adesão à UE e à OTAN), bem como a segurança do território russo, proteger populações etnicamente russas que vivem na região de Donbass e “desnazificar” o governo de Kiev; o presidente russo Vladimir Putin ordenou a invasão que representa o segundo ato da peça iniciada em 2014, com a anexação da Crimeia. Ao dobrar a aposta, no entanto, Putin viu escalarem as sanções econômicas que garroteiam a economia russa, e aumentarem as transferências de recursos financeiros e equipamento militar à república que um dia herdou parte do arsenal nuclear soviético. Entre outros efeitos, observa-se também a ressignificação da OTAN.

Como aponta a Heritage Foundation (2022), a guerra de agressão direta da Rússia contra a Ucrânia ajuda a mitigar quaisquer questões remanescentes sobre a utilidade moderna da Aliança e sobre qual ameaça deve ser o foco do próximo conceito estratégico da OTAN, nomeadamente a Rússia. Uma pesquisa feita com cidadãos de todos os países membros da organização mostrou que 68% destes têm uma opinião desfavorável sobre a Rússia. As opiniões desfavoráveis aumentaram 27 pontos percentuais em relação a 2021, ou seja, antes da invasão (OTAN, 2022). Neste mesmo sentido, no dia 4 de abril de 2023, passou a fazer parte da Organização a Finlândia, país que, desde sua independência do Império Russo em 1917, mantinha uma tradição de neutralidade (G1, 2023).

Pode, ainda, a Suécia aceder ao tratado, a depender das negociações com a Turquia e Hungria, os quais buscam, assim como no caso finlandês, obter ganho político em troca de sua anuência à adesão dos novos membros, uma vez que o processo depende do consenso. Além disso, vê-se o aumento do investimento dos países membros da aliança com defesa e Forças Armadas – quase 80% dos cidadãos de países aliados apoiam a manutenção ou aumento dos gastos com defesa (OTAN, 2022). Estes, associados à comoção da opinião pública ocidental que parece, em sua maioria, aprovar o auxílio militar inédito concedido à Ucrânia. Esse apoio inclui equipamentos essenciais ao esforço de guerra convencional contra as forças russas, embora não haja engajamento de forças da OTAN no conflito (GALLOY, 2022).

Devido ao elevado risco de escalada do conflito, é improvável que esse auxílio militar sinalize uma real chance de entrada da Ucrânia na OTAN. Apesar disso, a disposição

de enviar armas, ainda que preferencialmente para defesa, somada à resistência ucraniana à invasão russa denota a probabilidade de um enfraquecimento de Moscou com o conflito. Consequência essa que vem a ser precisamente o interesse ocidental. O expressivo apoio aos ucranianos exemplificado por meio do envio de armas à Ucrânia, mostra-se como um importante fator que não parece ter entrado no cálculo estratégico russo ao decidir invadir. Ao preparar-se para um conflito, como afirmam Ferreira e Teixeira Junior (2021), de antemão, torna-se imperativo avaliar a aptidão adversária de concentrar seus recursos militares na região litigiosa.

No caso do conflito na Ucrânia, a consideração da própria avaliação russa quanto a suas capacidades militares e quanto às ucranianas é desafiante, devido à falta de clareza quanto aos objetivos russos. Contudo, para os autores, o passo seguinte a essa avaliação seria estipular as capacidades militares que propiciam o poder relativo de combate adequado ao sucesso da manobra estratégica previamente idealizada (FERREIRA; TEIXEIRA JUNIOR, 2021). Neste sentido, a Rússia tem apresentado dificuldades em atingir seus objetivos aparentes, como a conquista e controle definitivo das regiões da bacia do Donbass, a saber Kherson, Donetsk, Lugansk e Zaporizhia, as quais são habitadas majoritariamente por russos étnicos.

Assim, destaca-se o argumento de Wirtz (2018), de que somente a batalha em si produz um julgamento definitivo sobre o equilíbrio entre as forças convencionais concorrentes. A ineficiência apresentada pelo exército russo até o presente momento no alcance desses objetivos aparentes traz à tona a possibilidade de emprego de armas nucleares táticas por parte do governo russo. Em especial, após a adesão formal dessas regiões à Federação Russa, que passaram a ser consideradas território russo, depois dos referendos de 27 de setembro de 2022 (REUTERS, 2022). Isso porque, como aponta Wachs (2022), analistas ocidentais expressaram preocupação de que a Rússia possa empregar armas nucleares no início de um conflito de maneira limitada, dada a crença de seus líderes de que isso permitirá à Rússia encerrar o conflito rapidamente em seus termos. Essa seria a estratégia, segundo analistas ocidentais, de “escalar para desescalar” – que será discutida em profundidade no segundo capítulo deste trabalho.

Mesmo após um ano de conflito, os territórios anexados à Federação Russa ainda estão sob disputa e a Ucrânia não tem sinalizado disposição em renunciar a eles. Como lembram Ferreira e Teixeira Junior (2021), a motivação da tropa – a Ucrânia foi invadida –

, o nível de adestramento e de experiência em combate – a Ucrânia vinha se preparando para esse evento desde 2014 – são apenas alguns dos muitos aspectos a serem observados quando se objetiva a mensuração do poder de combate. Além disso, o objetivo declarado da “Operação Militar Especial” – segundo Putin – de desmilitarizar a Ucrânia está longe de ser alcançado.

Com o intuito de melhor avaliar as capacidades e credibilidade dos principais atores dissuasores envolvidos no conflito, também se levou em consideração aspectos quantitativos, tais como o tamanho dos arsenais, seus sistemas lançadores, bem como a quantidade desses que se encontram estacionados (*deployed*)⁴ em zona pertinente ao conflito. Como destacado por Morgan (2003), quando os dissuasores montam ameaças críveis (aos olhos dos seus adversários), isso deve aumentar as chances de um sucesso de dissuasão; onde a credibilidade é baixa, o oposto deve ocorrer. Desse modo, dados foram coletados de tratados bilaterais de controle de armas nucleares estratégicas, como o *New Start*, em suas publicações mais recentes, bem como de estimativas de especialistas e organizações internacionais especializadas, como a *Arms Control Association*.

Partindo da observação do primeiro ano de conflito, buscou-se também testar ambas as hipóteses explicativas (dissuasão e tabu nuclear) do evento supracitado. Desse modo, visou-se ao alcance da compreensão da ameaça do emprego de armas nucleares na invasão da Ucrânia por parte da Rússia, a qual pode ser explicada pela dissuasão, bem como, numa perspectiva mais ampla, pela aplicação do que Schelling (2020) chama de diplomacia coercitiva.

De igual forma, a observância de outras crises internacionais com a participação de potências nuclearmente armadas denota que a posse dessas armas não significa seu emprego em um conflito. Pelo contrário, o recurso a essas armas ocorreu pela última vez em 1945. Desse modo, a repetição do evento (crise/conflito internacional), embora não forneça certezas quanto ao não emprego dessas armas, certamente sinaliza neste sentido. Isso porque em outras oportunidades potências nuclearmente armadas, mesmo na presença de ameaças, não optaram pelo emprego de armas nucleares em um conflito. Fato esse que se repetiu quando esses países eram democracias e quando eram governados por regimes não democráticos. Repetiu-se também entre potências nuclearmente armadas com paridade

⁴ O Glossário de Termos e Definições da OTAN considera deployment como referente à movimentação de forças dentro das áreas de operações (NATO, 2013).

nuclear (EUA e URSS⁵; Índia e Paquistão); entre potências nuclearmente armadas com assimetria em seus arsenais (China e Índia), e entre países nuclearmente armados contra países que não possuem essas armas (URSS e Afeganistão; EUA e Vietnã; EUA e Iraque).

Em cada caso, evidentemente, razões distintas podem ser aplicadas para a explicação do não emprego dessas armas. Contudo, inegavelmente, a exacerbada natureza destrutiva das armas nucleares, bem como a celeridade com a qual podem atingir tal potencial de destruição, trouxe consigo um peso maior ao processo de tomada de decisão quanto ao seu emprego. Tannenwald (2007) chama de tabu nuclear esses aspectos morais e normativos que se levaram em conta nas repetidas decisões, mesmo quando eram militarmente úteis⁶, do não emprego dessas armas. Tabu esse que este trabalho considerou operante e relevante para a explicação do não emprego dessas armas, ainda que reconhecendo que sozinho não teria força suficiente para evitá-lo. Considerou-se, assim, que são múltiplos os fatores que explicam o não emprego de armas nucleares em conflitos internacionais.

No primeiro capítulo, ao apresentar a revisão de literatura, salientamos o debate acerca da dissuasão nuclear nas relações internacionais contemporâneas, com enfoque no pós-guerra Fria. Destacamos, assim, os principais conceitos para a compreensão da dissuasão, quais sejam: a racionalidade, as capacidades e a credibilidade. Em seguida, abordamos o tabu nuclear e suas colaborações para a compreensão do não-emprego de armas nucleares desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No segundo capítulo, apresentamos breve histórico do conflito, assim como discutimos a Doutrina Nuclear Russa, decretada por meio de Ordem Executiva em 2020, a fim de compreender, sob a perspectiva russa, a ameaça do emprego de tais armas na Ucrânia. Por fim, com base nos conteúdos teóricos, metodológicos e históricos da investigação, empreendemos a análise da ameaça do emprego e do não-emprego de armas nucleares pela Rússia na Ucrânia no terceiro capítulo.

⁵ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

⁶ Há presença de argumentos na literatura que justificam o não-emprego de armas nucleares em um conflito com base na falta de utilidade dessas armas. Tannenwald (2007) contrapõe esse argumento destacando que é muito difícil defendê-lo diante do enorme esforço que países como EUA e URSS fizeram para desenvolver, adquirir e estacionar essas armas. Isto é, os elevados investimentos desses países, inclusive de tempo no desenho de planos para o uso dessas armas sinalizaria justamente o contrário, que armas nucleares são úteis, de fato.

2. DISSUASÃO E TABU NUCLEAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A dissuasão nuclear nas relações internacionais: racionalidade, capacidades e credibilidade

A dissuasão nuclear desempenhou importante papel durante a Guerra Fria, quando a maior parte dos estrategistas nucleares destacava a sua aplicação no contexto da bipolaridade. Especialmente depois de estabelecido o *Mutual Assured Destruction* (M.A.D.⁷), observou-se certa preponderância da dissuasão em relação a outros modelos explicativos para a ausência de uma terceira guerra mundial, por exemplo. O conceito básico do *MAD* era de que cada parte deveria possuir capacidade de segundo ataque suficiente para garantir a destruição da outra no caso de um primeiro ataque surpresa (ECHEVARRÍA II, 2017, p. 79). Contudo, essa só seria uma política bem-sucedida, caso ambas as partes concordassem em admitir certa vulnerabilidade, permitindo que a outra possuísse capacidade de segundo ataque suficiente para causar destruição garantida, criando uma espécie de paridade nuclear. É neste contexto que surgem acordos para garantir a estabilidade dos arsenais americano e soviético, em particular a emergência do Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 (ABM)⁸, acordo sobre a limitação de defesa antibalística celebrado entre EUA e URSS.

A relevância da dissuasão, no entanto, não se limita ao período da Guerra Fria, tendo se mostrado uma teoria relevante e maleável a outros momentos históricos e contextos. Ainda que com lacunas quanto a certos aspectos analíticos, principalmente quando se considera variáveis intervenientes, bem como certos pressupostos – tal qual o da racionalidade – a dissuasão tem se mostrado persistentemente aplicável e ainda necessária como estratégia e modelo explicativo. Um célebre exemplo dessa visão é ilustrado por Waltz (2012). Ao defender a nuclearização do Irã a fim de trazer equilíbrio de poder ao Oriente

⁷ O acrônimo pode ser traduzido para o português como Destruição Mútua Assegurada e baseia-se nas capacidades nucleares americana e soviética de se destruírem mutuamente na eventualidade de uma guerra nuclear total. Esse conceito foi central para a dissuasão mútua do período da Guerra Fria.

⁸ Dentre os muitos tratados celebrados com o intuito de favorecer a paridade nuclear e certa estabilidade da dissuasão no período da Guerra Fria, o Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 foi estabelecido com base na acordância entre EUA e URSS de que nenhum dos dois estacionaria sistemas de defesa anti-balísticas em seus territórios, estabelecendo, assim, certa vulnerabilidade mútua em favor da Dissuasão. Esse tratado, peça central do regime de controle de armas americano-soviético, foi a mais clara e importante expressão institucionalizada e formalizada de uma presunção de não uso entre as potências nucleares (TANNENWALD, 2007, p. 263).

Médio – em ação de balanceamento em relação a Israel – Waltz (2012) evoca o pressuposto da racionalidade. Waltz (2012) afirma que o Irã pode ser intransigente na mesa de negociações e desafiador frente a sanções, mas ainda age para garantir sua autopreservação, ou seja, ainda age de maneira *racional*. Sendo a dissuasão uma estratégia para evitar a guerra, compreender como funciona a dissuasão nuclear, bem como os possíveis resultados advindos de sua falha – nomeadamente a guerra ou a escalada de um conflito bélico – é essencial para os tomadores de decisão.

A dissuasão pode ser definida como o ato de desencorajar um ator a fazer algo que, caso contrário, ele faria. Este algo é percebido como ameaçador para o dissuasor (aquele que dissuade, convence à inação), de modo que a dissuasão se dá por meio de ameaças de *negação*⁹ e *punição* ou, ainda, uma combinação de ambos, conforme aponta Tannenwald (2007). Embora, na teoria, muitas vezes haja a separação dos conceitos de dissuasão e compêlência – Schelling (2020) entende que a coerção engloba ambos –, na prática, como aponta Morgan (2003), eles se sobrepõem. O foco deste trabalho é, sem embargo, a dissuasão nuclear, a qual tem seu cerne em ameaças punitivas¹⁰, já que é a expectativa de uma retaliação com custo intolerável – a destruição de uma cidade, por exemplo – que convenceria o agressor a ser dissuadido. Desse modo, em acórdância a Mearsheimer (1983), o medo é entendido como apoio essencial à dissuasão.

Como aponta Morgan (2003), o escopo de atuação da dissuasão diz respeito a evitar: considerações sérias de um ataque; confrontações sórdidas; ataques; e uma escalada significativa de guerras, como seria o caso se a Rússia viesse a usar armas nucleares na Ucrânia. Podemos, ainda, expandir esse escopo de atuação da dissuasão. Huth (*apud* Morgan 2003) sugere que a dissuasão também é usada para evitar concessões sob ameaça. Morgan (2003) compreende essa como uma continuação lógica, visto que uma ameaça também pode ser uma forma de ataque. Entretanto, destaca ainda Morgan (2003), a dissuasão não é sobre impedir que o oponente consiga o que almeja, mas, sim, sobre restringir os meios utilizados para alcançar esse objetivo — ou seja, restringir o uso da força.

⁹ O método de negação é comumente associado à dissuasão convencional. Mearsheimer (1983) destaca que essa forma de dissuasão, ampara-se na abordagem de negação, de maneira a frustrar os objetivos inimigos ao fazer com que seus custos – sejam relativos a baixas militares ou perdas de equipamentos – superem qualquer benefício do ato ofensivo. Entretanto, também é plausível considerar a aplicação da abordagem de negação a partir do emprego de armas nucleares táticas.

¹⁰ A preferência pela dissuasão por punição ao tratar da dissuasão nuclear não exclui, contudo, a abordagem de negação. De igual forma, a dissuasão convencional também se utiliza de ameaças de punição, de modo que essas abordagens não são excludentes, ainda que um ou outra possa prevalecer eventualmente.

Desse modo, observa-se que a dissuasão recorre ao pressuposto da racionalidade por parte dos atores para sua explicação. Morgan (2003) ressalta que a dissuasão tem sido amplamente definida como um esforço por parte de um ator para convencer outro ator a não atacar usando ameaças de uma resposta enérgica, a fim de alterar o cálculo custo-benefício do outro. Isto é, assume-se que se escolherá, ao menos na maioria das vezes, o curso de ação que ofereça maior benefício e menor dano. Isso porque a dissuasão foi concebida em termos da racionalidade do ator (MORGAN, 2003). Ao aplicar a teoria à dissuasão como estratégia por parte de um tomador de decisão, no entanto, é preciso ponderar que nem sempre os atores vão agir de modo racional. Antes, ainda, deve-se considerar que o cálculo custo-benefício difere a depender das preferências dos atores. Assim, a estratégia da dissuasão deve ser compreendida muito mais como uma arte, do que como uma ciência exata, tomando o próprio comportamento humano imperfeito como fator no processo de tomada de decisão. Teixeira Júnior (2020) coaduna com esse pensamento ao apontar que a dissuasão, fundamentalmente, consiste em uma interação estratégica imaginada, que opera de forma intersubjetiva na mente e percepção dos contendores.

Não obstante, muitas inconsistências podem ser apontadas quando o assunto é a presunção de racionalidade por parte dos atores para o funcionamento da dissuasão. Tannenwald (2007), destaca a ausência da consideração de fatores psicológicos quando se fala de racionalidade. A empiria mostra que tomadores de decisão podem estar enganados, possuir visões parciais quanto a determinadas situações, ou mesmo fazer leituras enviesadas. Clausewitz (1984) já chamava a atenção para os limites quanto à conduta racional da guerra. Paixões e ódio, objetivos políticos irracionais, incertezas, o acaso, bem como a burrice são alguns dos fatores que podem limitar a racionalidade em um conflito, conforme o referido autor.

Consoantemente, Valerie Hudson (2019), ao explorar os aspectos psicológicos do processo de tomada de decisão dos líderes, destaca que a mente constrói o que podemos chamar de filtros ao processar uma informação, separando, assim, aquilo que é essencial de algo desimportante, por exemplo. Conforme Hudson (2019), esses filtros podem incluir estereótipos, vieses e heurísticas – estratégias utilizadas pelo cérebro para acelerar o processo de tomada de decisão. Além disso, aponta Hudson (2019), cada pessoa tem um conjunto de filtros personalizados individualmente que surgem de suas experiências pessoais mais amplas. De igual forma, lembra Tannenwald (2007), otimismo excessivo –

wishful thinking –, pressões políticas domésticas, necessidades de defesa percebidas ou mesmo estresse motivado pela crise, podem levar líderes a agir de maneira contrária ao que prevê a teoria.

Uma vez que, segundo Morgan (2003), a racionalidade de um ator pode depender de suas preferências, a ignorância quanto à cultura e aos valores de um adversário, bem como quanto a sua política doméstica, ameaça grandemente a eficácia de uma estratégia dissuasória. É certo que muito não pode ser previsto com exatidão, especialmente em uma situação de crise. A névoa da guerra, como coloca Clausewitz (1984), obstrui a visão dos atores e os vieses, como supracitado, os levam a perceber o que criaram expectativas de perceber (HUDSON, 2019). Os humanos envolvidos na Crise dos Mísseis de Cuba, exemplifica Hudson (2019), não eram maximizadores genéricos de utilidade racional intercambiáveis.

Por isso, como destaca Morgan (2003), às vezes, devido à dificuldade de detectar as preferências de um oponente, analistas terão de confiar na sua intuição. É necessário que essa intuição seja afiada, afinal não se pode compreender o que é um custo intolerável para um ator sem, antes, compreender suas preferências. Portanto, para Tannenwald (2007), a identidade e os interesses dos atores, bem como a política e contexto normativo, devem ser examinados. Neste mesmo sentido, destaca Morgan (2003), para maximizar as chances de sucesso, a dissuasão deve ser adaptada às preferências do oponente, isto é, uma dissuasão sob medida. Em consonância, salienta Morgan (2003), a base adequada para a dissuasão é clara: averiguar as preferências, percepções e informações do oponente, e os fatores específicos usados nos cálculos de custos, benefícios, riscos e chances de sucesso.

Morgan (2003) argumenta que assumir um comportamento completamente racional por parte dos atores, isto é, baseado no cálculo custo-benefício, não pode explicar facilmente a necessidade de dissuasão imediata, a qual ocorre em situações de crise. Ressalta, assim, as inconsistências da racionalidade na aplicação da dissuasão. Ou seja, uma vez que a situação atingiu o ponto crítico, supõe-se que em dado momento a racionalidade dos atores ou de pelo menos um dos atores foi limitada. Esse foi o caso na Crise dos Mísseis de 1962. Além disso, continua Morgan (2003) o pressuposto da racionalidade gera um sério problema de credibilidade para dissuasores inseridos em um contexto de dissuasão nuclear mútua – a exemplo do já discutido *MAD*.

Isso porque, nesse contexto, as partes podem se encontrar motivadas a promover

instabilidade a fim de obter ganhos por meio de ameaças, o que poderia caracterizar um uso de compêlência (para obter ganhos), paralelamente à dissuasão (para evitar o deflagramento de um conflito ou sua escalada). Ainda que se reconheçam as limitações do pressuposto da racionalidade, é importante considerar suas contribuições para a teoria da dissuasão, inicialmente desenvolvida para prescrever comportamentos aos líderes, conforme Morgan (2003). Não obstante, destaca Morgan (2003), a teoria da dissuasão não diz que a dissuasão funciona somente quando os atores são racionais, apenas explica como a dissuasão funciona e falha quando o são. Além disso, vale ressaltar que a teoria da dissuasão também diz que às vezes a irracionalidade ajuda (MORGAN, 2003).

No que se refere à dissuasão nuclear unilateral, como vemos da Rússia em relação à Ucrânia, a assimetria de poder pode se revelar desafiadora ao dissuasor. Um ataque ou resposta nuclear – ainda que de maneira limitada – a um país não nuclearmente armado, pode ser considerado como a aplicação de um dano excessivo e desproporcional. Assim, pode desencadear respostas negativas de terceiras partes ou de seus próprios cidadãos, aponta Morgan (2003). Esse foi, em parte, o pensamento dos americanos no Vietnã. Mesmo com capacidades nucleares, o país optou por não fazer uso dessas armas temendo um envolvimento russo ou chinês. Desse modo, executar tais ataques parece irracional. Conforme Morgan (2003), isso gera a descredibilização de ameaças retaliatórias, apesar da capacidade de executá-las. Esse é, possivelmente, o caso da Rússia que mantém reiteradas ameaças quanto ao uso de armas nucleares táticas na Ucrânia. Exemplo disso são as falas do ex-primeiro-ministro russo, Dmitry Medvedev¹¹, o qual, ao ser questionado se a ameaça nuclear no contexto do conflito diminuiu, respondeu que o oposto ocorreu. Medvedev afirmou: “Não, não diminuiu, aumentou. Todos os dias, quando eles (a OTAN) fornecem à Ucrânia armas estrangeiras, o apocalipse nuclear se aproxima” (ISACHENKOV, 2023).

Todavia, a escalada nuclear do conflito parece improvável se a considerarmos como possível gatilho para a entrada direta da OTAN no conflito. Interpretação essa que não corresponde à preocupação de muitos analistas ocidentais de que a Rússia possa empregar armas nucleares no início de um conflito de maneira limitada, porque seus líderes acreditam que isso lhe permitirá encerrar o conflito rapidamente em seus termos¹² (WACHS, 2022).

¹¹ Dmitry Medvedev foi primeiro-ministro da Rússia entre 2012 e 2020 e atualmente ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, o qual é presidido por Putin (ISACHENKOV, 2023).

¹² A possibilidade de emprego de armas nucleares táticas por parte da Rússia na Ucrânia será melhor discutida no capítulo três.

A consideração da improbabilidade desse emprego, no entanto, sinaliza uma possível falta de credibilidade russa, o que pode impactar negativamente na efetividade da sua estratégia dissuasória. Kaufmann (1954 *apud* Morgan 2003) ressalta três requisitos para uma política de dissuasão crível, a saber: 1) o Estado A (dissuasor) deve ter a posse de uma capacidade militar efetiva; 2) o Estado A (dissuasor) deve ter a capacidade de impor custos inaceitáveis ao oponente; e 3) o Estado A (dissuasor) deve convencer o Estado B (oponente) de que usaria essas capacidades se atacado. De maneira clara, os pontos 1 e 2 dizem respeito às capacidades, enquanto o ponto 3 refere-se à credibilidade. Considerando que (1) a Rússia, de fato, possui capacidades nucleares, (2) tanto de aplicabilidade efetiva dessas armas quanto de impor custos inaceitáveis à Ucrânia, (3) é possível que mesmo assim a Ucrânia não esteja convencida de que a Rússia usará suas capacidades nucleares, afetando assim a credibilidade da ameaça russa.

Apesar de possuir as capacidades necessárias ao emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia, a ameaça russa perde credibilidade, uma vez que, seguindo a premissa supracitada, um ataque nuclear hipotético da Rússia à Ucrânia poderia significar uma resposta de terceiros – como a OTAN, que não está envolvida diretamente no conflito até o momento. Além disso, a própria população russa poderia voltar-se contra o governo que optou pelo uso de armas nucleares de forma desproporcional, já que a Ucrânia não é um país nuclearmente armado. Soma-se a isso a possível perda de aliados, visto que qualquer uso nuclear, por menor que seja, quebraria um tabu de 77 anos e poderia tornar a Rússia um pária internacional, abandonada por parceiros como China e Índia (CSIS, 2022).

Por outro lado, também se pode argumentar que a ameaça de emprego de armas nucleares táticas pela Rússia na Ucrânia é crível, justamente por se tratar de armas cujo caráter é mais limitado e preciso, em comparação às estratégicas. Paradoxalmente, assevera Tannenwald (2022), enquanto essas armas tornam a dissuasão mais crível também aumentam as chances de primeiro ataque. Neste cenário hipotético vemos uma importante relação, que se desempenha entre capacidade e credibilidade, conceitos essenciais para a compreensão da dissuasão.

Neste mesmo sentido, em resposta à adesão formal da Finlândia à OTAN, a Rússia anunciou o estacionamento de mísseis Iskander-M, os quais possuem a capacidade de carregar armas nucleares táticas, no território de Belarus – ameaça que Putin já vinha fazendo desde 2022 (REGAN; HALLAM, 2022). O país aliado, apesar de não diretamente

envolvido no conflito ucraniano, vem oferecendo apoio à invasão perpetrada pela Federação Russa, inclusive servindo como base logística, satélites e para operações aéreas na Ucrânia. Com essa resposta, a Rússia deseja reforçar sua postura estratégica dissuasória, destacando sua capacidade em executar ameaças críveis. Os mísseis Iskander-M são classificados como de curto alcance (até 500 km) e podem transportar ogivas convencionais ou nucleares. Embora não haja, em vigor, nenhum tratado bilateral entre Rússia e EUA relacionado ao controle de armas nucleares¹³, vale lembrar que armas de curto alcance jamais estiveram sob sua égide. O posicionamento de armas nucleares — ogivas — em Belarus também chama a atenção porque, ao contrário dos EUA, que mantém arsenal de forma contínua na Europa, a Rússia não estaciona armas nucleares fora de seu território desde o fim da Guerra Fria (MASTERS; MERROW, 2023). Ao menos não de maneira declarada. Abaixo é possível encontrar uma tabela com dados comparativos entre os arsenais nucleares russo e estadunidense, os dois maiores existentes.

Tabela 1 - Dados comparativos dos arsenais nucleares russo e estadunidense

Tipo de Armamento	EUA	RÚSSIA
ICBM ¹⁴ s, SLBM ¹⁵ s e HB ¹⁶ s estacionados ¹⁷	659	540
Ogivas em ICBMs, SLBMs e HBs estacionados	1420	1549
Lançadores de ICBMs, SLBMs e HBs estacionados e não estacionados	800	759

Fonte: Elaboração própria adaptada a partir da troca de dados entre EUA e Rússia exigida pelo tratado Novo

¹³ Os acordos bilaterais sobre armas nucleares, como o INF e o *New Start* serão brevemente discutidos no subcapítulo seguinte.

¹⁴ Mísseis balísticos intercontinentais terrestres

¹⁵ Mísseis balísticos lançados de submarinos

¹⁶ Bombardeiros pesados

¹⁷ No original em inglês, *deployed*. O Glossário de Termos e Definições da OTAN considera *deployment* como referente à movimentação de forças dentro das áreas de operações (OTAN, 2013), ou seja, que não estão em reserva (armazenadas). Neste sentido, quando se usa o termo "estacionadas" neste trabalho têm-se em conta a mesma definição do inglês, adotada pela OTAN.

Start do Departamento de Estado dos EUA do ano de 2022 (2023).

Na tabela acima é possível identificar parte das capacidades nucleares de ambos os países. Soma-se a isso, como assevera Wachs (2022), o fato de a Rússia hodiernamente possuir cerca de 1.000 ogivas adicionais armazenadas (não estacionadas), de modo que ela teria a possibilidade de aumentar substancialmente o número de suas armas nucleares estratégicas estacionadas. A divisão indica, ainda, a posse da tradicional tríade nuclear, que se refere às capacidades de lançamento da terra (ICBMs), do mar (SLBMs) e do ar (HBs). Vale destacar que, como os dados foram subtraídos do Novo Start¹⁸ – atualmente suspenso – referem-se somente às armas estratégicas, ou seja, não incluem aquelas chamadas não-estratégicas, geralmente de curto alcance e menor impacto, ou, ainda, táticas, cujo emprego vem a ser justamente a ameaça de Putin.

Contudo, como apontam Kristensen e Korda (2019), nem sempre essa diferenciação entre essas armas é precisa, já que é possível possuir armas nucleares táticas de longo alcance, bem como armas nucleares estratégicas de curto alcance — algumas possuem ambas as opções. Podemos considerar, como coloca o Instituto de Estudos Estratégicos *do US Army College* (2012), que armas nucleares táticas são, por negação, todas aquelas que não são estratégicas. Não obstante, geralmente se associa armas estratégicas ao alcance intercontinental. Nesse sentido, as limitações impostas pelo Novo Start, por exemplo, referiam-se a armas estratégicas, de alcance intercontinental e sistemas de lançamentos relacionados.

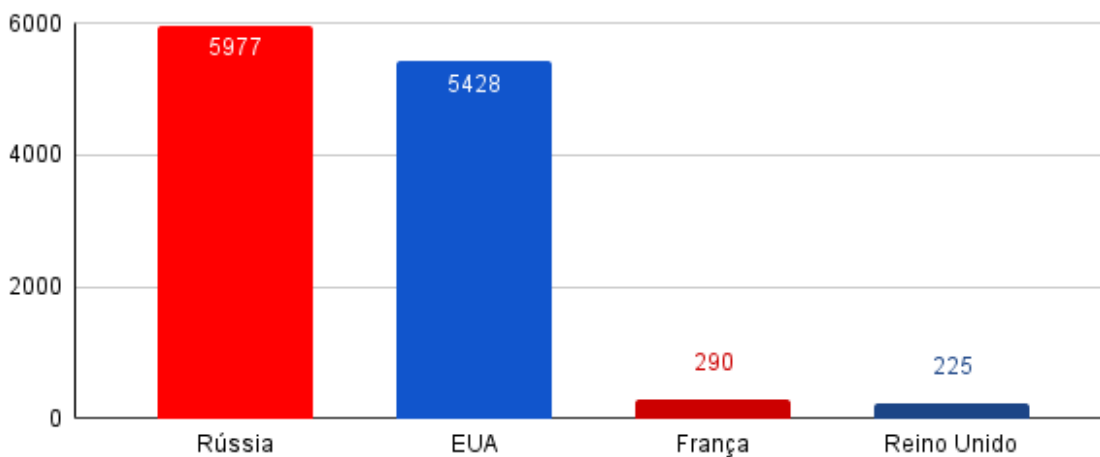
Uma outra forma de diferenciar armas estratégicas e não-estratégicas é a partir da sua finalidade. As primeiras são destinadas a áreas maiores, grandes centros populacionais e complexos industriais, se empregadas. Isso porque seu objetivo (além daquele dissuasório) é destruir a habilidade do inimigo de dar continuidade ao conflito. Já as segundas destinam-se à aplicação no teatro de operações, em batalha, possuem objetivos mais limitados, por isso são também chamadas *theater nuclear weapons* (KRISTENSEN; KORDA, 2019), ou seja, armas nucleares do — ou para o — teatro de operações.

Ainda no que se refere às capacidades dissuasórias, ao final da Guerra Fria, observou-se a diminuição dos arsenais nucleares americano e soviético (posteriormente russo) e as armas nucleares táticas foram grandemente diminuídas durante esse processo.

¹⁸ *New Strategic Arms Reduction Treaty (NEW START)*

Especialmente, devido ao investimento americano na modernização de seus armamentos convencionais — favorecendo também a dissuasão convencional e delegando às armas estratégicas a manutenção da dissuasão nuclear. Dessa forma, o número combinado de armas nucleares táticas nos EUA e na Rússia, destacam Kristensen e Korda (2019), diminuiu dramaticamente de 20 a 30 mil no final dos anos 1980 para cerca de 2.500 hoje. A Rússia possui cerca de 2.000 dessas armas (WACHS, 2022; TANNENWALD, 2022). Já os EUA, possuem cerca de 230, das quais todas são bombas a serem lançadas de aeronaves (KRISTENSEN; KORDA, 2019). Essa disparidade se deu, em parte, devido à maior dependência russa de armas nucleares pela ausência de armamentos convencionais mais modernos em comparação aos EUA e, em certa medida, à China. França e Reino Unido, por sua vez, não mantiveram armas desse tipo em seus arsenais nucleares (KRISTENSEN; KORDA, 2019). Abaixo, observa-se o gráfico 1, por meio do qual é possível identificar o inventário total de armas nucleares da Rússia, EUA, França e Reino Unido. Assim, é possível estimar as capacidades nucleares desses atores, afinal, para que sejam críveis, as ameaças feitas pelos Estados devem ser sustentadas por suas capacidades de executá-las.

Gráfico 1 - Arsenal nuclear (inventário total) de Rússia, EUA, França e Reino Unido em 2022



Fonte: Elaboração própria adaptada de SIPRI, 2023 (2023).

Os EUA estacionaram armas nucleares pela primeira vez na Europa em setembro de 1954, quando as primeiras armas chegaram ao Reino Unido (CSDS, 2015). Dez anos depois, a presença de armas nucleares americanas na Europa já havia se espalhado para a outros países e em 1971 o número de armas estacionadas atingiu seu pico com

aproximadamente 7.300 ogivas nucleares, como aponta relatório preparado por Hans Kristensen (2005) para Conselho de Defesa dos Recursos Naturais (NRDC). Após esse momento de clímax, os números foram gradativamente diminuindo. Isso ocorreu em parte pelo contexto geopolítico, como o avanço das conversas entre EUA e URSS que deram origem aos acordos bilaterais de controle de armas e em parte pela consequente normatização das iniciativas de desarmamento nuclear (ainda que não completo) proporcionadas por esses acordos.

Conforme CSDS (2015), as armas nucleares táticas americanas permanecem em seis bases em cinco países-membros da OTAN, a saber Bélgica (base aérea de Kleine Brogel), Alemanha (base aérea de Büchel, Itália bases aéreas de Aviano e Ghedi), Países Baixos (base aérea de Volkel) e Turquia (base aérea de Incirlik). Essas armas fazem parte da política de dissuasão estendida¹⁹ dos EUA para com o continente. Como aponta Morgan (2003), um problema com a dissuasão conduzida por um ator coletivo, neste caso a OTAN, é que ela, quase sempre, é uma dissuasão estendida. A credibilidade da ameaça é, assim, sempre mais desafiante, já que esta precisa ser crível tanto para os aliados, quanto para o oponente que se visa dissuadir. Dentre os membros da OTAN, como destacado no gráfico 1, somente o Reino Unido e a França são membros nuclearmente armados, de modo que não dependem do guarda-chuva nuclear americano, tendo, assim, suas próprias capacidades dissuasórias.

Estima-se que a base militar de Büchel, na Alemanha, que é considerada um local para armas nucleares americanas, armazena entre 15 a 20 bombas atômicas. Não há, no entanto, confirmação oficial do governo (HANDELSBLATT, 2022). A quantidade exata de armas nucleares americanas na Europa é uma informação confidencial. Contudo, é possível estimar essas quantidades, partir de informações obtidos de *Factsheets* com dados desclassificados, assim como do Relatório Anual do Secretário Geral da OTAN (2020), bem como do Relatório de Armas Nucleares dos EUA na Europa (2005), dentre outros dados retirados do Boletim dos Cientistas Atômicos (*The Bulletin of the Atomic Scientists*) e do Centro de Controle de Armas e Não-proliferação (2021). Abaixo é possível observar uma figura com a localização geográfica estimada das armas nucleares da OTAN e da Rússia.

¹⁹ Conforme Mazzar (2018), a dissuasão estendida refere-se ao desencorajamento de ataques contra terceiros, como aliados ou parceiros. Isso gera sérios problemas de credibilidade, já que a dissuasão precisa ocorrer para além das fronteiras de um único Estado. Isto é, os EUA não precisam somente desencorajar ataques ao seu próprio território, mas, como membro da OTAN, deve fazê-lo em relação ao território de todos os membros.

Figura 1 - Representação gráfica das localizações geográficas das Armas nucleares na Europa



Fonte: Elaboração própria adaptada do Council on Foreign Relations, 2023 (2023).

O estacionamento de armas nucleares russas em Kaliningrado, é destacadamente, um ponto de preocupação para a OTAN, já que o exclave russo na costa do Báltico se encontra entre Polônia e Lituânia, como se pode observar na figura acima. Ambos os países

que cercam o exclave são membros da OTAN. Por isso, regularmente, como aponta a Revista Força Aérea (2022), a Organização mantém missões de vigilância e monitoramento sobre a região, que era parte do antigo Império Alemão e ficou sob controle russo após a dissolução da URSS. A relevância estratégica da região para a Rússia é clara, já que é lá que está localizada a sede da frota russa no Mar Báltico.

Desse modo, o governo russo possui na região forte aparato militar, especialmente navios de guerra e submarinos. O Kremlin não reconheceu, no entanto, que possui armas nucleares baseadas em Kaliningrado. Todavia, desde 2018, a Federação dos Cientistas Atômicos (FAS) concluiu que a Rússia modernizou significativamente um bunker de armazenamento de armas nucleares na região. Isso pôde ser identificado com base na análise de imagens de satélite, conforme Picheta e Lister (2022). De Kaliningrado, os mísseis russos Iskander-M, são capazes de atingir todo o território polonês, assim como partes da República Checa e Alemanha.

Destacando, ainda, a relevância da estratégia nuclear nas relações internacionais contemporâneas, salienta-se as capacidades dissuasórias dos EUA na Europa como parte de sua dissuasão estendida para o continente. No que se refere às armas nucleares táticas americanas, de acordo com o Conselho de Relações Exteriores (2023), o B61 é a última arma nuclear tática remanescente que os Estados Unidos possuem. Ele pode transportar ogivas com uma ampla gama de rendimentos, desferindo explosões de centenas de quilotons. De acordo com a Administração de Segurança Nuclear Nacional dos EUA (NNSA — sigla em inglês) (2021), o B61-12, já está em fase de produção desde 2021. O armamento é uma atualização do B61 em suas inúmeras versões, que é parte dos armamentos da OTAN há mais de 50 anos, mas permanece como relevante na atual estratégia dissuasória americana. O B61-12, em acordância com o que já foi apresentado por Kristensen e Korda (2019), foi projetado para lançamento por plataforma aérea, seja nos modelos guiados ou de gravidade. O primeiro teste de voo do B61-12 foi em 2015 e a conclusão do *Life Extension Program* (LEP) está prevista para 2026. À época, esse plano de modernização foi considerado controverso, uma vez que o presidente Obama havia afirmado que não investiria em um aumento das capacidades nucleares americanas (CSDS, 2015).

Até 2026, o B61-12 deve substituir as bombas de gravidade B61-3, 4 e 7. Além disso, deve ter menor alcance, maior acurácia e ser mais compatível com aeronaves mais atualizadas (NNSA, 2021). Uma vez que nenhum projeto de bomba de gravidade anterior

tinha capacidades de manobra tão avançada, a integração dessas armas em aeronaves furtivas como a F-35A aumentará significativamente a postura nuclear da OTAN (CSDS, 2015). A quantidade estimada das bombas nucleares de gravidade americanas na Europa B61 é 100, como ressalta Tannenwald (2022). Com as modernizações, essas bombas de gravidade serão mais “utilizáveis” (CSDS, 2015). Ou seja, sua maior eficácia aumentará sua utilidade em batalha.

Pode-se compreender a OTAN como ator coletivo dissuasor, ou seja, um grupo de estados estabelecidos e projetados para decidir e agir pelo bem-estar geral (MORGAN, 2003). Nesse sentido, a dissuasão por meio de um ator coletivo refere-se, como destaca Morgan (2003), à tentativa de manter a paz e a segurança de um sistema internacional (regional ou maior). Assim, sob esta ótica, a expansão do escopo de atuação da OTAN, que se deu após o fim da Guerra Fria, denota seu objetivo de manter a paz e a segurança na Europa. Ao expandir esse escopo, a Organização superou seu objetivo inicial, já que havia sido estabelecida como uma aliança militar. Exemplo disso é sua atuação em Kosovo em 1999, a qual ocorreu de maneira unilateral, isto é, sem um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Fato que demonstrou a capacidade da OTAN de agir por si só como um ator coletivo coercitivo – dissuasor e forçando a compelência.

As armas nucleares americanas respondem pela maior parte do arsenal da OTAN. Até 2022, o país possuía 5.428 ogivas nucleares. As outras duas potências nucleares da organização, França, com 290, e Reino Unido, com 225, apresentam montantes bem menores. Abaixo, é possível encontrar um gráfico comparativo entre os arsenais russo, americano, britânico e francês, a partir de dados do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute* – sigla em inglês). Assim, é possível observar que o arsenal russo ainda supera o da OTAN, já que a soma dos arsenais americano, britânico e francês (5.943) é inferior ao inventário total da Rússia (5.977).

A partir de uma melhor compreensão das capacidades russas e ocidentais, bem como da intrínseca relação entre tais capacidades e a credibilidade das ameaças declaradas de cada ator, é possível entender melhor o funcionamento da dissuasão. Assim, uma vez que a dissuasão não se apresenta como única opção explicativa para o não emprego de armas nucleares na Ucrânia, seguimos para o subcapítulo seguinte, onde será apresentado abordagem do tabu nuclear.

2.2 O tabu nuclear nas relações internacionais: o não-uso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, aspectos racionais, morais e normativos

Como destacado por Lawrence Freedman (2010), o estudo da estratégia nuclear é o estudo do não emprego dessas armas. Os argumentos explicativos relacionados ao não-emprego de armas nucleares desde o fim da Segunda Guerra Mundial são os mais diversos, embora a dissuasão tenha se apresentado como o mais recorrente. Uma razão para isso refere-se à própria natureza das armas nucleares. Como explica Wirtz (2018), essas armas oferecem uma capacidade ideal para o funcionamento da dissuasão, porque eliminam possíveis otimismo ou expectativas de que a guerra possa ter um resultado positivo. Isto é, por serem um *dissuasor ideal*, as armas nucleares configuram-se em um elemento perene nos debates de segurança internacional. Essa ideia é corroborada por outros autores, como Waltz (2012), que as chama de “dissuasor definitivo”²⁰. Neste subcapítulo, apresentaremos uma outra perspectiva que apresenta uma explicação distinta para justificar o não uso de armas nucleares.

Talvez a principal representante da abordagem do tabu nuclear, Ninna Tannenwald (2007), apresenta em seu livro falhas ou vácuos da teoria da dissuasão – também apontadas por Morgan (2003), bem como por Buzan e Hansen (2009). A autora ressalta a necessidade de compreender os eventos nos quais o não emprego das armas nucleares não pode ser explicado pela teoria da dissuasão ou, ao menos, não completamente. Cita-se o exemplo do Iraque, no contexto da invasão americana de 2003, o qual chama a atenção devido às características do terreno (deserto), à presença de alvos militares localizados em altas profundidades, bem como devido à suspeita de armas de destruição em massa neles localizadas. Tannenwald (2007) considera que essas características poderiam ter justificado, por meio de um imperativo moral, o emprego de armas nucleares táticas. Contudo, esse emprego não ocorreu, mesmo considerando seu escopo limitado de emissão de radiação.

Para Tannenwald (2007), é difícil encontrar uma razão pela qual as armas nucleares táticas não seriam militarmente úteis no deserto do Iraque, mas é muito mais fácil encontrar uma razão pela qual empregá-las não valeria o custo normativo. Em consonância, Joseph

²⁰ ultimate deterrent, no original em inglês.

Cirincione, diretor de estudos de não proliferação do Carnegie Endowment for International Peace, em Washington, assevera que o uso de uma bomba nuclear em um país árabe, por parte dos EUA, poderia ser um sucesso militar, mas seria um desastre diplomático, político e estratégico (LA TIMES, 2003). Para Schelling (2020), se armas químicas (não convencionais) tivessem sido utilizadas de forma devastadora contra o exército americano, ainda em 1991, no contexto da Guerra do Golfo, uma resposta com armas nucleares táticas teria sido seriamente considerada. Isso porque a *expertise* das forças armadas americanas era muito mais evidente em relação a essas armas. Atkinson (2010) destaca, por sua vez, que armas nucleares foram usadas, não detonadas, obviamente, mas para limitar o escopo da guerra. Ou seja, foram utilizadas para impedir o Iraque de empregar armas de destruição em massa contra o exército americano, diante da promessa de retaliação nuclear caso o fizessem.

O tabu nuclear, como afirma Walker (2010), pode ser compreendido como inibições que comprovadamente existem e exercem uma influência poderosa no que se refere ao não uso de armas nucleares. Ainda que não seja a única explicação para o não uso dessas armas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o tabu nuclear é uma condição necessária ao padrão geral de não-uso, defende Tannenwald (2007). Sobremaneira, o tabu nuclear pode ser compreendido dentro da perspectiva do já discutido pressuposto da racionalidade dos atores. Isso porque, de acordo com Tannenwald (2007), formuladores de políticas podem analisar uma situação, reconhecer uma série de restrições (externas) e maximizar as oportunidades em conformidade. Ou seja, a ideia da norma ou de um pressuposto moral quanto ao não uso de armas nucleares não foi por eles internalizada, mas agirão em conformidade por medo de sanções externas que lhes possam causar custos indesejáveis.

Assim, a autora apresenta a ideia normativa de um tabu nuclear. Neste diapasão, pode-se citar uma série de acordos surgidos no âmbito da Guerra Fria, bem como outros mais recentes. Ainda durante o período da bipolaridade, muito se falou sobre a “proliferação nuclear”, a qual autores como Waltz (1981)²¹ defendem que nunca ocorreu — ao menos não de forma horizontal²² —, já que a tecnologia existe há mais de 70 anos e apenas um seletor

²¹ Waltz (1981) prefere o termo “spread”, que poderia ser traduzido como propagação, em detrimento de “proliferation” (proliferação), uma vez que entende que este último termo implica um processo acelerado, o que não se identificou no tocante às armas nucleares.

²² Segundo Waltz (1981), a proliferação horizontal refere-se à proliferação para países que ainda não possuem a tecnologia de desenvolver e detonar armas nucleares. Já a proliferação vertical refere-se ao aumento dos arsenais de países nuclearizados, ou seja, que têm a posse de tais armas.

grupo de países a desenvolveu. De todo modo, a existência de armas nucleares, devido ao seu alto potencial de destruição, evidenciou o medo da possível aniquilação da civilização (ou das civilizações) humanas. Como lembram Buzan e Hansen (2012), pela primeira vez a humanidade havia alcançado a possibilidade de cometer um suicídio em espécie.

Congruente a esta visão, aponta Schelling (2020) que a dissuasão repousa hoje sobre a ameaça de dor e extinção, não apenas pela ameaça de derrota militar. A urgência da questão levou ao surgimento de movimentos civis em vários Estados contrários não só ao uso, mas à própria existência de armas nucleares. Paralelamente, muitos Estados adotaram tratados multilaterais, estabelecendo zonas livres de armas nucleares, como ocorreu com o Tratado de Tlatelolco (1967), na América Latina e Caribe, que foi ratificado pelo Brasil em 1994 (CASA CIVIL, 1994). Além deste, outros tratados posteriores como o de Pelindaba (1996), o qual estabeleceu zona livre de armas nucleares na África, foram celebrados no mesmo sentido.

Entretanto, essa não era uma tendência cujo escopo atingisse as grandes potências. Se, por um lado, promoviam o regime de desarmamento a outros Estados, aumentavam seus próprios arsenais (proliferação vertical), por outro. Assim fez os EUA em relação ao Brasil, pressionando-o para a assinatura do TNP²³ ainda que o país já tivesse ratificado Tlatelolco (CASA CIVIL, 1994). O Controle de Armamentos surge, assim, como uma alternativa à descontrolada corrida armamentista e à destruição total de armas nucleares. Esse regime defendia uma abordagem gerencial em relação à tecnologia militar e à dinâmica armamentista que visasse à maximização da sua utilidade e da estabilidade de sua segurança, minimizando, conseqüentemente, os riscos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 180).

Nesse mesmo sentido, com o intuito de alcançar a estabilidade — e em uma perspectiva mais factível²⁴ do que a eliminação completa das armas nucleares — EUA e Rússia, anteriormente EUA e URSS, passaram a estabelecer tratados bilaterais cujos mecanismos de verificação permitiam o controle mútuo dos arsenais de ambas as partes. Dessa forma, o Controle de Armamentos — especialmente por meio daqueles acordos celebrados a fim de manter a *MAD* — pode ser entendido, sob a ótica dos Estudos

²³ Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O TNP foi promulgado pelo Brasil, por meio de decreto, em 1998.

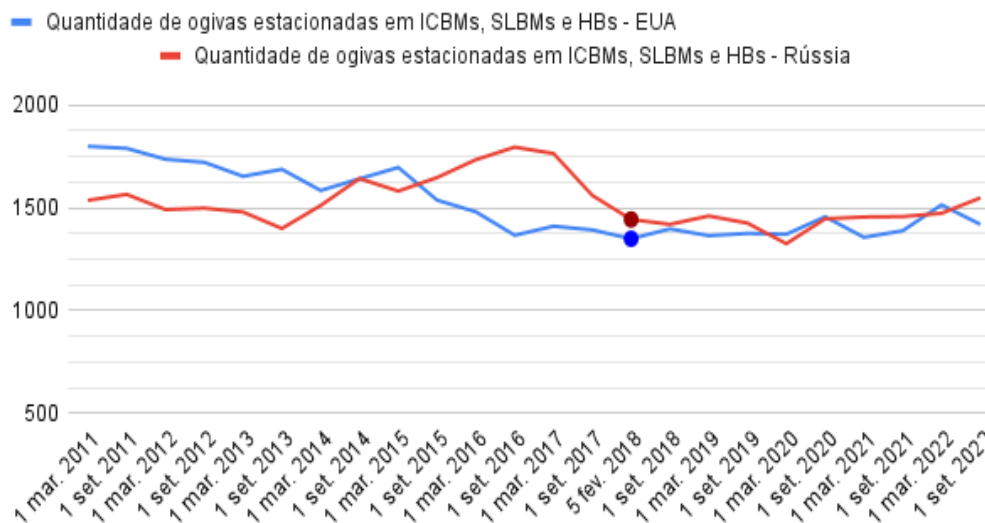
²⁴ O objetivo final do TNP é promover o desarmamento. O Tratado defende em seu artigo VI, que cada parte do Tratado compromete-se a negociar, de boa fé, um Tratado (futuro) de desarmamento geral e completo, sob controle internacional (CASA CIVIL, 1998). A despeito disso, as posturas estratégicas dos Estados Nuclearmente Armados que fazem parte do Tratado levam a crer que estes não tem a intenção sincera de fazê-lo (BUZAN; HANSEN, 2012).

Estratégicos (BUZAN; HANSEN, 2012), como força estabilizadora. Força essa que, aliada à estratégia da dissuasão, contribuiu para o equilíbrio de poder durante e pós-Guerra Fria.

Similarmente, compreende Tannenwald (2007), as normas possuem um papel fundamental em impulsionar ou prejudicar a dissuasão. Tannenwald (2007) associa, assim, a normatização ao conceito de Freedman (2004) referente a uma “dissuasão internalizada”. Ele argumenta que uma abordagem de dissuasão baseada em normas, em vez de baseada em interesses, pode refletir melhor como a dissuasão realmente funciona na prática, por meio dos atores que internalizam um senso de limites apropriados em suas ações, destaca Freedman (2004 *apud* Tannenwald, 2007). Dessa forma, pode-se compreender que a celebração de acordos bilaterais como o Novo Start, em vigor desde 5 fevereiro de 2011, contribuiu para a manutenção da dissuasão mútua entre EUA e Rússia, por meio da normatização, criação de vínculos legais, entre os dois países.

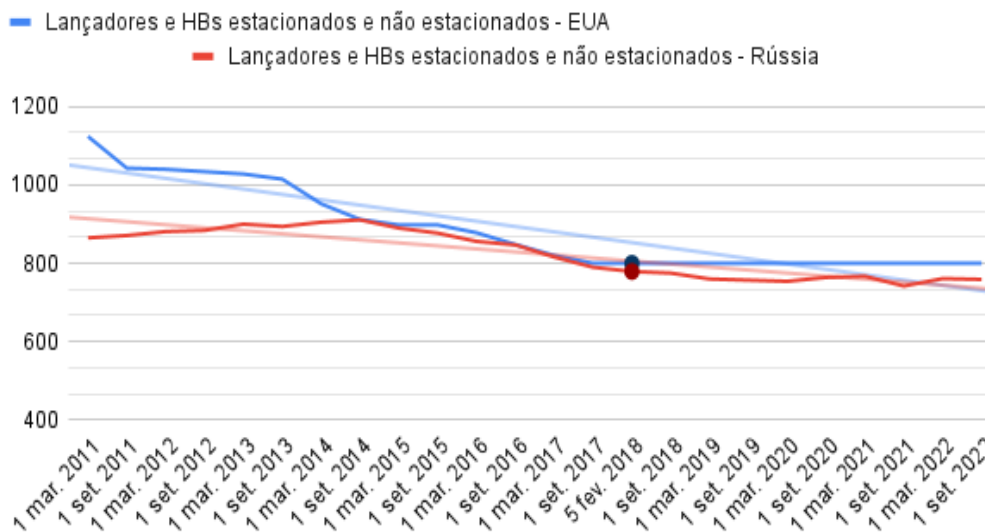
Isso pode ser observado nos gráficos abaixo que mostram os efeitos do Novo Start sobre o estacionamento de ogivas nucleares em ICBMs SLBMs e HBs (gráfico 2); quantidade de lançadores relacionados aos sistemas ICBMs e SLBMs, bem como HBs estacionados e não estacionados (gráfico 3); quantidade de ICBMs, SLBMs e HBs estacionados (gráfico 4). A principal função do tratado era impor limites ao número de ogivas nucleares implantadas em ICBMs, SLBMs e HBs – fixado em 1.550 (ARMSTRONG, 2023). Além disso, o tratado estabelecia o limite de 800 para lançadores e HBs não estacionados, bem como de 700 para ICBMs, SLBMs e HBs estacionados. Em cada gráfico, destaca-se o ponto de 5 de fevereiro de 2018, já que foi a partir desta data que os limites estabelecidos pelo tratado entraram em vigor.

Gráfico 2 - Quantidade de ogivas nucleares estacionadas em ICBMs, SLBMs, e HBs por EUA e Rússia



Fonte: Elaboração própria adaptada do Departamento de Estado dos EUA, 2022 (2023).

Gráfico 3 - Lançadores e HBs estacionados e não estacionados por EUA e Rússia



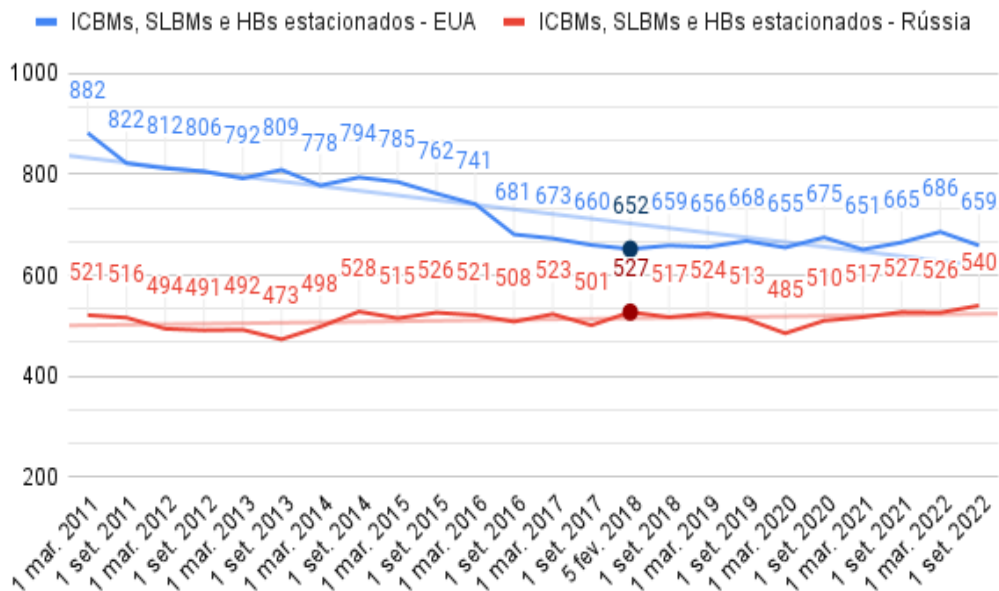
Fonte: Elaboração própria adaptada do Departamento de Estado dos EUA, 2022 (2023).

A partir das linhas de tendência dos gráficos 3 (acima) e 4 (abaixo), é possível observar o quanto a diminuição foi significativa, especialmente a americana. De maneira clara, o Novo Start impunha restrições reais às armas nucleares estratégicas estacionadas de ambos os países. Fato esse que reforça o que Tannenwald (2007) chama de efeitos constitutivos da norma, ou seja, aqueles efeitos que se referem a como regras e normas, por meio de práticas de atores, criam ou definem formas de comportamento, papéis e

identidades. Tannenwald (2007) defende que uma norma de não uso ajudou a estabilizar, e não minar, a dissuasão nuclear mútua, contribuindo para a incorporação da dissuasão em um conjunto de práticas, instituições e expectativas.

Destaca-se ainda que, após o fim da Guerra Fria, a dependência russa à dissuasão nuclear tornou-se visivelmente maior em relação à americana, razão pela qual há certa disparidade entre os arsenais. Destacadamente, essa disparidade é muito maior em relação a armas nucleares táticas, as quais a Rússia mantém com capacidade dual (convencional e nuclear). Ao contrário dos EUA, a Rússia manteve sua capacidade de lançamento de armas nucleares táticas por terra e mar, além da aérea. O Boletim de Cientistas Atômicos estima que a Rússia tenha hoje aproximadamente 1.912 ogivas nucleares não estratégicas, potencialmente menos, designadas para lançamento por forças aéreas, navais, terrestres e várias forças defensivas (KRISTENSEN; KORDA, 2022, p. 111). Já no que se refere a ICBMs, SLBMs e HBs estacionados, como apresentado no gráfico abaixo, os EUA superam a Rússia.

Gráfico 4 - ICBMs, SLBMs e HBs estacionados por EUA e Rússia



Fonte: Elaboração própria adaptada do Departamento de Estado dos EUA, 2022 (2023).

Como destaca Tannenwald (2007), a dissuasão nuclear estável não poderia ser dada como certa antes do final da década de 1950, uma vez que ainda não havia nenhum processo esperado pelo qual as relações EUA-URSS seriam conduzidas e poucas normas

compartilhadas. Para Tannenwald (2007), era justamente a expectativa implícita de que armas nucleares não deveriam ser usadas que baseava os acordos bilaterais de controle de armamentos, contribuindo, assim, para a estabilidade da dissuasão. Não obstante, o fim da Guerra Fria que culminou com a adesão de ex-repúblicas soviéticas à OTAN, a partir dos anos 1990, foi fator relevante para a diminuição de arsenais estacionados na Europa, devido à menor percepção de ameaças advindas da Rússia à Organização.

Em contrapartida, pode-se destacar a erosão de muitos desses acordos, como a do próprio *New Start*, além do fim do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF — sigla em inglês), pela administração Trump em 2018. O INF é um tratado de 1987 celebrado entre EUA e União Soviética que alcançou a eliminação de 2.692 mísseis balísticos e de cruzeiro convencionais e nucleares dos EUA e da União Soviética com alcance entre 500 e 5.500 quilômetros. Sob acusações à Rússia de violações dos termos do tratado, bem como diante de novos interesses advindos da crescente percepção de ameaça quanto à China, os EUA o denunciaram. Esses foram passos na direção contrária do endurecimento da norma.

De igual forma, a suspensão recente pela Rússia do *New Start*, como resposta ao apoio dos EUA à Ucrânia no conflito, desfez o último golpe contra o controle bilateral estabelecido na Guerra Fria. Isso porque desregula a troca de informações que até então favoreceram a transparência e manutenção da paridade nuclear entre os dois países. Como discutido no subcapítulo anterior, a paridade nuclear é essencial para a manutenção do equilíbrio de poder, de modo que ameaçá-la pode causar sérias consequências para o esforço bilateral do controle de armas nucleares, estabelecido entre EUA e Rússia. Se o *New START* expirar sem nada para substituí-lo, não haverá limites legalmente vinculantes para os dois maiores arsenais nucleares do mundo pela primeira vez em quase meio século (KIMBALL, 2019). O tratado, cuja validade inicialmente era 2021, havia sido renovado até 2026, mas foi suspenso pela Rússia antes de chegar ao seu termo.

Como destaca Tannenwald (2007), o tabu nuclear também se tornou parte de um conjunto de práticas do direito internacional e da diplomacia. Desse modo, o respeito a esse tabu passou a colaborar com a visão de um Estado como legítimo membro da comunidade internacional. Em sentido contrário, a deterioração desses acordos ou o desrespeito de normas previamente estabelecidas leva à visão de incivilidade por parte dos Estados. Tannenwald (2007) defende que o tabu nuclear se tornou parte do discurso contemporâneo

de “civilização”, de modo que, para a autora, é possível observar que o emprego de armas nucleares é cada vez mais associado a algo impensável, não-civilizado, irresponsável e assim por diante. Dessa forma, no que se diz respeito à guerra russo-ucraniana, o emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia pela Rússia poderia levar à visão do Estado russo como “bárbaro” e “selvagem”, isto é, incivilizado.

De modo geral, é possível observar discursos como esse em relação a armas de destruição em massa, sejam nucleares, químicas ou biológicas, devido ao seu aspecto indiscriminado. O direito internacional humanitário que regula amplamente conflitos armados prevê os princípios da proporcionalidade e da discriminação entre combatentes e não-combatentes. Esses princípios, por sua vez, têm em seu cerne a intuição moral de que é errado matar não-combatentes, ou mais geralmente, inocentes, bem como causar destruição excessiva (TANNENWALD, 2007). Assim, fica claro que, para Tannenwald (2007), o tabu nuclear pode ser caracterizado como uma norma moral.

Entretanto, cita-se a defesa pelo general americano Curtis LeMay quanto ao uso de armas nucleares para destruir os sítios de armazenamentos soviéticos dessas armas em Cuba como exemplo de uma visão contrária. LeMay, que era chefe do Comando Aéreo Estratégico, defendeu também o uso de armas nucleares contra o Vietnã do Norte. Assim, é possível observar que a diferenciação entre armas convencionais e armas de destruição em massa nem sempre é algo crucial para os líderes. Outro exemplo disso é o ex-presidente americano Eisenhower, o qual, junto ao seu Secretário de Estado²⁵, John Dulles, considerava a possibilidade de remover o tabu do uso de armas nucleares, destaca Bundy (1988 *apud* Schelling, 2020).

É fato que os presidentes americanos não estiveram dispostos a autorizar o uso de armas nucleares desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas o caráter indiscriminado de bombardeios em regiões com alta densidade populacional, bem como o uso de napalm em regiões urbanas na Coreia do Norte, não lhes pareceu incivilizado. Apesar disso, para Tannenwald (2007), é o aspecto moral derivado do sentimento de que se deve proteger os inocentes que gera a repulsa que muitas pessoas sentem em relação às armas nucleares. Em suma, o tabu nuclear é uma norma de não uso *de facto* com forte componente moral (TANNENWALD, 2007, p. 59).

Tannenwald (2007) discorre também sobre os aspectos regulatórios da norma. Ao

²⁵ O cargo de Secretário de Estado nos EUA equivale ao Ministro da Defesa no Brasil.

contrário dos constitutivos, esses dizem respeito a como as normas restringem ou regulam atividades previamente existentes. O principal efeito regulador do tabu nuclear está incorporado na injunção contra o primeiro uso de armas nucleares (*non first use*), assevera Tannenwald, 2007. Em contrapartida, destaca Lyon (2019), em termos de controle de armas, as promessas de não-primeiro uso têm uma atratividade apenas superficial. Isso porque, por um lado, limitam o papel da dissuasão a dissuadir e responder ao uso de armas nucleares por um adversário em violação dessa promessa e, por outro lado, não são críveis. Lyon (2019) aponta que todos os Estados com armas nucleares têm alguns interesses cuja perda consideram intolerável, de modo que, para evitar determinados custos, o emprego de armas nucleares seria considerado. Ainda assim, Schelling (2020) reconhece que inibições ao primeiro uso de armas nucleares podem ser influências poderosas no processo de tomada de decisão, mesmo que não de maneira declarada.

Tannenwald (2007) cita também os efeitos chamados por ela de permissivos da norma, os quais tendem a surgir a partir de normas mais robustas e desenvolvidas, como se observa no caso do tabu nuclear. Efeitos permissivos são secundários, indiretos ou de “sombra”, muitas vezes consequências não intencionais da operação de uma norma²⁶ (TANNENWALD, 2007, p. 47). Assim, como destacado por Tannenwald (2007), na essência do tabu nuclear está a crença de que as armas nucleares, por causa de seu imenso poder destrutivo, violam flagrantemente os princípios morais de longa data de discriminação e proporcionalidade no uso da força. Logo, se há sobre as armas nucleares esse tabu, se elas são armas que violam esses princípios morais e se, por consequência, não podem ser utilizadas, então há também as armas convencionais. Sobre estas, não há impeditivo moral ao uso. Como aponta Schelling (2020, p. 288), armas nucleares são únicas e uma grande parte de sua singularidade deriva do fato de serem *percebidas* como únicas (grifo nosso). Observa-se, assim, os efeitos permissivos do tabu nuclear, derivados da percepção de singularidade das armas nucleares, o que acaba por impactar também como outras armas são vistas (convencionais).

Dessa forma, no contexto da Guerra da Coreia, salienta Tannenwald (2007, p.), um planejador do Departamento de Estado Americano alertou em novembro de 1950 que,

²⁶ Aqui, vale uma consideração importante do que afirma a autora, já que esses efeitos podem ser observados na prática da condução de conflitos armados. Como já exposto, a designação de armas de destruição em massa, naturalmente, separa essas armas da categoria convencional. De igual forma, separa-se a dissuasão convencional da nuclear.

embora “os resultados militares alcançados pelo bombardeio atômico possam ser idênticos aos obtidos por armas convencionais, o efeito sobre a opinião mundial será muito diferente”. Ou seja, embora os efeitos materiais pudessem ser os mesmos, as razões normativas restringiam o uso. Essa análise foi feita ainda poucos anos após o emprego de armas nucleares no Japão, isto é, em um momento ainda seminal do tabu. Ela recomendava claramente que, por razões normativas, a bomba não deveria ser tratada como uma arma comum e que qualquer decisão de a usar deveria passar por um teste mais exigente (TANNENWALD, 2007).

Esse não é o caso, entretanto, no que se refere a armas nucleares táticas, já que, como reconhece Tannenwald (2007), o contemporâneo desenvolvimento de armas nucleares menores, mais precisas (“*mini-nukes*”) é uma fonte de pressão à norma. Uma vez que armas nucleares táticas não carregam necessariamente sobre si a alcunha de armas de destruição em massa. Devido ao seu caráter mais limitado, a lógica que geralmente se associa a armas convencionais também lhes pode ser aplicada, em certa medida. Isto é, o contexto do seu uso seria mais relevante do que sua natureza em si, não sendo simplesmente a tecnologia o determinante moral do uso dessas armas. De maneira símile, Tannenwald (2007), coloca que a tendência da tecnologia quanto ao desenvolvimento de armas nucleares menores e “mais limpas” tem refletido o desejo de fazê-las mais moralmente aceitáveis.

Essa linha de raciocínio já era presente entre planejadores de guerra durante a Guerra Fria. No fim da administração do presidente Eisenhower, armas nucleares já podiam ser desenhadas em alcances menores daqueles observados em Hiroshima e Nagasaki, de forma que, conforme Schelling (2020), o uso dessas armas poderia ser desvinculado do tabu associado àquelas com explosivos maiores. Em contrapartida, o presidente americano Lyndon Johnson, em setembro de 1964, destaca matéria do *The New York Times* (1964, s/p.), afirmou: “Que fique claro! Não existem armas nucleares convencionais”. Destacando que por 19 anos nenhuma nação lançara a bomba atômica sobre outra, o presidente continuou: “Fazer isso agora é uma decisão política da *mais alta ordem*” (grifo nosso), conforme matéria do referido jornal. Assim, o presidente Johnson destacou o aspecto especial do processo de tomada de decisão quanto ao uso de armas nucleares, salientando as características que tornam essas armas extraordinárias.

No que se refere à tradição russa de não-uso — entendida aqui como uma adição entre o período soviético, quando a bomba foi desenvolvida, e o período pós-soviético —,

pôde-se verificar a relevância do tabu no não-uso de armas nucleares no Afeganistão. Compreende-se, como já explanado no subcapítulo anterior, que a restrição ao uso de armas nucleares entre EUA e URSS se deu devido à dissuasão mútua. No entanto, o Afeganistão não era uma nação nuclearmente armada e, apesar de ter saído como derrotada da guerra, a URSS, como os EUA no Vietnã, não recorreu às armas nucleares. Para Schelling (2020), as inibições quanto ao uso dessas armas são do senso comum, algo confiantemente compartilhado, de tal forma que seu uso no Afeganistão por parte dos soviéticos não foi nem mesmo considerado.

Não obstante, se armas nucleares táticas, por exemplo, são usadas em região desértica e montanhosa, ou em alto-mar, longe de cidades e centros populacionais, para atingir alvos militares, pode-se argumentar uso limitado, cujo intuito não é causar “destruição em massa” como seria com o uso de armas nucleares estratégicas. Ainda que baixas civis pudessem ocorrer no evento de uma explosão, esse não seria um cenário muito distinto do que já ocorre em operações aéreas convencionais. De igual forma, no que se refere à radiação, consequência observada até mesmo em locais de testes nucleares, é inegável os efeitos danosos que traria à população civil. Todavia, o mesmo argumento poderia ser utilizado contra o uso de “bombas sujas” com efeitos radiológicos, as quais foram utilizadas pela OTAN na Iugoslávia em 1999 e, depois disso, no Iraque (GLOBAL TIMES, 2023). Uma bomba suja – ou radiológica – é um dispositivo explosivo convencional, com a adição de materiais radioativos, projetada para contaminar os arredores imediatos de uma área de explosão (BEAUMONT; ROTH, 2022). Desse modo, causa efeitos indiscriminados, a combatentes e não-combatentes, deixando consequências inclusive para aqueles que fazem o manuseio desse tipo de armamento.

De acordo com o Boletim dos Cientistas Atômicos (2022), a possibilidade de emprego de bombas sujas na Ucrânia foi levantada pelo governo russo apenas como parte de sua campanha de desinformação. Ainda assim, críticas surgiram no que se refere às munições que contém urânio empobrecido, geralmente empregadas contra blindados, devido ao seu efeito perfurante. Como parte de seu apoio de guerra ao conflito na Ucrânia, o Reino Unido, por meio de seu Ministro da Defesa, confirmou que parte da munição para os carros de combate Challenger 2 que está enviando para a Ucrânia inclui esse tipo de munição (GLOBAL TIMES, 2023). Embora não se assemelhem a armas nucleares nem tenham seu uso proibido pelo direito internacional, há preocupações contra o uso dessas munições. Isso

porque elas foram associadas a problemas de saúde entre os ex-combatentes da Guerra do Golfo, e ao alto número de cânceres ou malformações congênitas na cidade iraquiana de Fallujah (AFP, 2023).

Certa relativização em relação ao tabu, obviamente, não significa que o processo de tomada de decisão quanto ao uso de armas nucleares, ainda que táticas, portanto limitadas, seria simples. Uma vez que, conforme Tannenwald (2007), questões como: 1) opinião pública doméstica; 2) opinião pública internacional; bem como 3) crenças morais pessoais do líder; são mecanismos pelos quais o tabu influencia o processo de tomada de decisão. Essa última é particularmente importante no que se refere ao uso de armas nucleares, já que as decisões sobre este são tomadas por um pequeno grupo de pessoas. Ou seja, as crenças pessoais de um presidente, russo ou americano, podem ser decisivas para o uso ou não uso dessas armas. Esse foi o caso, por exemplo, do presidente dos EUA, John Kennedy, o qual tinha repulsa pessoal contra armas nucleares, como apontam Schelling (2020) e Tannenwald (2007). O poder de decisão do presidente quanto ao uso dessas armas também se revela na Doutrina Nuclear Russa, a qual reitera, em seu ponto 18, que é reservado ao Presidente da Rússia o direito exclusivo de tomar decisões sobre o uso de armas nucleares (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020).

Além disso, como aponta Lyon (2019), não se deve consolar-se muito com os mais de 70 anos de não emprego de armas nucleares. Este é um efeito gerado pela ordem, aponta Lyon (2019), e gira em torno da durabilidade da ordem nuclear, bem como da gravidade dos desafios à ordem geopolítica mais ampla. Ou seja, o tabu nuclear como descreve Tannenwald (2007), depende, em certa medida, da *rules based order*, isto é, do regime normativo quanto ao uso dessas armas e da própria tradição de não emprego de armas nucleares, como se observou também na URSS em relação à derrota no Afeganistão. Dessa forma, se se considera a invasão da Ucrânia pela Rússia como um revisionismo não apenas territorial, mas da própria ordem vigente, há razão para preocupação.

Conclui-se, diante do exposto, que uma combinação de fatores explica o não uso de armas nucleares, o que não exclui a dissuasão. Pelo contrário, os aspectos normativos aliam-se aos racionais, de modo que, na maior parte do tempo, o tabu nuclear apoia a dissuasão. Visou-se, assim, obter uma maior compreensão acerca da relevância da dissuasão e do tabu nuclear como razões explicativas para o não emprego de armas nucleares em conflitos armados ou crises internacionais. Com o intuito de favorecer ainda mais a

compreensão da aplicação dessas teorias como razões explicativas para a ameaça de emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia, bem como o não emprego dessas armas, o capítulo a seguir apresenta breve contexto histórico do conflito. Assim, é possível observar os acontecimentos que levaram ao eclodir da crise, o processo de tomada de decisão do presidente russo Putin e o que o levou a invadir, bem como uma avaliação do primeiro ano do conflito. Além disso, uma explanação quanto à doutrina nuclear russa a fim de compreender a postura dissuasória deste país.

3. CONTEXTO HISTÓRICO

3.1 Contexto histórico do conflito russo-ucraniano

Quando da dissolução da URSS em 1991, a Ucrânia emergiu como terceira maior potência nuclear do mundo. Na realidade, a nova república independente herdara parte do arsenal nuclear estratégico e tático da União Soviética, que se encontrava instalado em seu território. No entanto, o fato de a Ucrânia ter tido posse de armas nucleares após a dissolução da URSS – embora relevante – não representa por si só uma grande mudança quanto ao cenário estratégico do país, já que a posse dessas armas sem a capacidade de empregá-las (capacidades de operação e lançamento), minaria a credibilidade de possíveis ameaças ucranianas, prejudicando quaisquer estratégias dissuasórias do país. Apesar disso, Mearsheimer (1993) destacou que, ao declarar sua independência, a Ucrânia deveria ter silenciosamente iniciado a desenvolver sua estratégia dissuasória.

Ainda que essas capacidades pudessem ser desenvolvidas (a longo prazo), a Ucrânia teria ainda de garantir capacidades retaliatórias (ou pelo menos a crença de sua existência), além de garantir a seus oponentes a sua capacidade de lhes impor danos inaceitáveis. Como aponta Morgan (2003), sem essas condições, dificilmente obteria uma estratégia dissuasória eficiente. Portanto, naquele contexto de rearranjo da ordem internacional pós-Guerra Fria, o governo ucraniano foi compelido por russos e norte-americanos a ceder à Rússia seu arsenal nuclear e, posteriormente, assinar o TNP, permanentemente desistindo de possuir armas nucleares. Nada obstante, Mearsheimer (1993), à época, defendeu que a única forma de a Ucrânia se defender de uma agressão ou tentativa de reconquista russa seria justamente desenvolver essas capacidades dissuasórias, o que, evidentemente, não ocorreu.

A Ucrânia decidiu aceder ao compromisso de renunciar a seu arsenal ao avaliar demasiadamente altos os custos de longo prazo representados pela manutenção de tais armas. Como contrapartida, a Rússia e as demais potências nucleares assumiram um compromisso político, por meio do Memorando de Budapeste²⁷ assinado em 1994, de

²⁷ O Memorando de Budapeste foi o que se convencionou chamar no direito internacional de um acordo de cavalheiros. Embora considere a boa-fé dos Estados, esse tipo de acordo não possui vínculo legal, diferentemente dos tratados internacionais que criam obrigações às partes. Nessa seara, três acordos foram assinados após a dissolução da URSS. Em 1994, às vésperas da cimeira da Conferência para Segurança e

garantir a segurança, a integridade territorial e a soberania da Ucrânia (MEARSHEIMER, 1993; GALLOY, 2022). De forma redundante e não-vinculante, o Memorando de Budapeste apenas reitera as garantias básicas do direito internacional público já dispostas na Carta das Nações Unidas (ONU, 1945). O acordo apenas afirma compromissos internacionais já existentes (BLAKE, 2022). Dentre os compromissos reiterados, está aquele, por parte dos Estados Nuclearmente Armados, de não utilizar armas nucleares contra a Ucrânia.

Ademais, com a dissolução da URSS e conseqüente fim da Guerra Fria, a percepção de ameaça por parte dos EUA foi se voltando menos para a Rússia e mais para outras regiões do globo, como Oriente Médio e Ásia-Pacífico. Isso porque a dissolução da grande rival americana no contexto da bipolaridade levou ao surgimento, em 1991, de 15 novas Repúblicas, fato que abalou grandemente a geopolítica europeia. Não obstante, as vastas fronteiras russas continuam a ser as maiores da Terra, o que significa que as forças armadas russas têm o árduo papel de proteger as fronteiras nacionais do maior país do mundo, bem como seus interesses no âmbito externo. Conforme Marshall (2018), como uma versão diluída do extinto Pacto de Varsóvia, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), ainda conta com países como Quirguistão, Tadjiquistão e Armênia dentre seus membros. Dessa forma, devido aos seus compromissos para com a aliança, a Rússia mantém presença militar nesses países.

Paralelamente, passado o momento de singular unipolaridade, quando prevaleceu uma percepção americana de triunfo em relação à Guerra Fria, o contexto de multipolaridade foi, aos poucos, se consolidando. Desse modo, a Rússia deixava clara sua intenção de re inserção na mesa das grandes potências após seu período de fragilidade e reestruturação econômica, identificado no momento imediato pós-soviético. O país declarava também suas preocupações em relação à proximidade de suas fronteiras com aquelas da OTAN, que vinham crescendo rumo ao Oriente. Desde 1999, 15 novos membros aderiram à Organização (OTAN, 2023), tendo incorporado os países bálticos – ex-repúblicas soviéticas – ainda em 2004 (OTAN, 2023).

Para compreender o contexto geopolítico das disputas nessa região, faz-se mister um retrospecto histórico. Salienta-se, entretanto, que pela limitação do escopo desta

Cooperação na Europa, Reino Unido, Rússia e EUA estenderam garantias de segurança à Ucrânia, Belarus e Cazaquistão (YOST, 2015), os três países que além da Rússia haviam herdado parte do arsenal nuclear soviético. Em troca, essas repúblicas recém-independentes acordaram a devolução desses arsenais e seu ingresso no TNP como membros não-nuclearmente armados (YOST, 2015).

pesquisa, não será possível retornar à formação do Império Russo. De toda forma, reforça-se a importância dos laços históricos entre Moscou e Kiev, os quais, embora relevantes, não são considerados determinantes para o desenrolar do presente conflito. Assim, saltamos para 1991, quando a Ucrânia declarou sua independência da extinta URSS, tornando-se o maior país em extensão territorial (603.700 km²) localizado exclusivamente na Europa.

Hoje, a Ucrânia possui também a maior população dentre os países localizados exclusivamente no continente, com 43,79 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2021). Desse modo, mesmo antes do conflito, a possibilidade de ingresso da Ucrânia na União Europeia (UE) dependia também da análise de questões demográficas. Como a UE possui mecanismos de redistribuição de renda, os quais são proporcionais à população, o ingresso de um país tão grande e populoso representaria altos custos aos cofres europeus. Além disso, Bruxelas cobra adequação de uma série de parâmetros aos padrões da UE, inclusive relativos à transparência e combate à corrupção, pontos desfavoráveis à candidatura ucraniana. Embora o bloco reconheça o progresso até agora, ele enfatiza que a Ucrânia precisa fazer mais para construir um histórico confiável de combate à corrupção endêmica (REUTERS, 2022). Ademais, outras candidaturas, como a da Polônia, demoraram 20 anos para serem concluídas (REUTERS, 2022), de modo que as aspirações ucranianas podem ainda ter de esperar muito para se concretizarem.

Apesar de um histórico de protestos e luta intestina, como em 2004 na Revolução Laranja, foi na última década que explodiram protestos que mudariam os rumos do país, em especial em 2014. Os chamados protestos da *Euromaidan* (nome da praça onde os manifestantes se reuniam em Kiev, capital da Ucrânia) levaram à morte de inúmeros manifestantes, acarretadas inclusive por violência policial. Iniciados ainda em novembro de 2013, os protestos ocorreram devido à decisão do então presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, de voltar atrás e não realizar acordo comercial com a UE, preferindo, em detrimento, o alívio financeiro advindo da Rússia (G1, 2014). Como em muitas outras repúblicas que fizeram parte da URSS, a principal divisão política no país residia no posicionamento em relação à Rússia, de modo que protestos violentos estouraram. De acordo com uma pesquisa de 2012, 46% dos ucranianos apoiaram a visão de que a Ucrânia deveria se tornar um membro da UE, enquanto 33% rejeitaram a ideia (HARAN; BURKOVSKYI, 2022). Essa divisão já era também visível no país do ponto de vista geográfico, já que o leste tendia à Rússia e o oeste à Europa.

Para a Rússia, o que houve foi uma tentativa de golpe de Estado (G1, 2014). O país acusou os ocidentais de incitarem a revolta, principalmente os EUA, como havia feito entre 2000 e 2004 na Ucrânia, na Sérvia, na Geórgia e como tentou fazer em Belarus. Lukashenko, no entanto, permanece como presidente até hoje. Conforme o jornal britânico *The Guardian* (2004), a campanha a favor da liberalização e democratização desses regimes no contexto pós-Guerra Fria, é uma criação americana. De acordo com o jornal, os EUA utilizaram-se de propaganda para propagar o ideário liberal nesses países, com o intuito de aproximá-los do chamado Ocidente e retirá-los da esfera de influência russa. Assim, em quatro países em quatro anos, *marketing* de massa tem sido usado para tentar salvar eleições manipuladas e derrubar regimes desagradáveis (THE GUARDIAN, 2004). Na época, a Rússia afirmou que iria continuar com a política de "não-interferência" nos assuntos ucranianos (G1, 2014). Obviamente, isso não ocorreu.

Em resposta aos episódios de violência na Ucrânia, a União Europeia acenou com "sanções individuais" e chamou uma reunião extraordinária dos chanceleres do bloco (G1, 2014). Assim, até 19 de fevereiro de 2014, pelo menos 25 pessoas, dentre as quais 9 policiais, já haviam morrido no centro de Kiev como consequência dos confrontos entre manifestantes antigoverno e as forças de segurança, de acordo com o Ministério do Interior e da Saúde da Ucrânia (G1, 2014). O Estado Ucraniano se encontrava em polvorosa e os protestos que duraram cerca de quatro meses, culminaram com a deposição do presidente pró-russo Viktor Yanukovich, que fugiu para a Rússia. Cinco anos depois de sua cassação, em 2019, ele foi condenado por alta traição e cumplicidade na agressão militar russa, que se traduziu na anexação da península da Crimeia e no apoio da sublevação pró-russa nas regiões de Donetsk e Lugansk, no leste da Ucrânia, em março e abril de 2014, respectivamente (EFE, 2019).

Yanukovich chegou a afirmar, após sua deposição, que um grupo de neonazistas governava a Ucrânia (EL PAÍS, 2014). Essa narrativa coaduna com aquilo hoje alegado por Putin, já que um dos objetivos de sua "operação militar especial" seria justamente "desnazificar a Ucrânia". Do ponto de vista ocidental, os protestos da *Euromaidan* foram uma revolução democrática ucraniana, contra a qual a Rússia respondeu anexando a Crimeia. Do ponto de vista russo, as manifestações foram arquitetadas pelo Ocidente e objetivavam um golpe de Estado contra Yanukovich, um presidente democraticamente eleito. A Rússia defende, ainda, que essas manifestações foram lideradas por forças pró-

Ocidentais nacionalistas e fascistas (neonazistas).

De maneira contrária, a Rússia sustenta que a manifestação popular que se deu por meio de referendo na Crimeia foi democrática e legítima. Além disso, alega que, exercendo seu direito à autodeterminação, a Crimeia decidiu tornar-se independente e depois incorporar-se à Rússia. Vale ressaltar que, desde 2014, os combates entre forças do governo ucraniano e separatistas pró-Rússia continuaram ocorrendo no leste do país. Como aponta Freedman (2014), o uso de soldados profissionais em uniformes sem marcas (os chamados “*little green men*”) foi notado pela primeira vez na Crimeia. Esses soldados, utilizados até hoje, foram enviados ao leste ucraniano em abril do mesmo ano. À época, as forças especiais russas agiram com separatistas locais para tomar prédios administrativos e outras instalações na área de Donbass, com os esforços concentrados nas regiões de Donetsk e Luhansk (FREEDMAN, 2014). Desse modo, a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 pode ser vista não somente como o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, mas também como a continuação dos eventos iniciados em 2014, os quais buscaremos compreender melhor a seguir.

Apesar das explícitas declarações da Rússia de maneira contrária à expansão da OTAN, a organização se manteve firme em sua política de portas abertas, deixando clara a liberdade de cada país europeu de se candidatar à membresia. Como declara o próprio sítio da Organização, a adesão à OTAN está aberta a “qualquer outro Estado europeu em posição de promover os princípios deste Tratado e contribuir para a segurança da área do Atlântico Norte” (OTAN, 2023). Essa postura não foi vista com bons olhos pela Rússia, que recordava o acordado quanto à não-expansão da OTAN para o leste. Acordo esse que a Organização alega nunca ter ocorrido (OTAN, 2022)²⁸.

Assim, os embates entre vontades (russa e americana) estiveram sempre presentes no contexto geopolítico ucraniano, também no que se refere à Crimeia. Por isso, é preciso compreender melhor como esses se deram para uma visão mais apurada dos acontecimentos presentes. A base de Sebastopol na península da Crimeia é uma histórica base militar russa no Mar Negro. É lá onde está localizada toda a frota naval russa nesse mar e cuja importância estratégica se dá pela privilegiada posição geográfica. A partir da base, a Rússia obtém

²⁸ Em entrevista, Gorbachev, o último líder soviético, destacou que o tópico da expansão da OTAN nunca foi, de fato, discutido durante as negociações de concertação no fim da Guerra Fria. “*The topic of 'NATO expansion' was not discussed at all, and it wasn't brought up in those years. I say this with full responsibility. Not a single Eastern European country raised the issue, not even after the Warsaw Pact ceased to exist in 1991. Western leaders didn't bring it up, either*” (KORSHUNOV, 2014).

acesso tanto ao Mar Negro quanto ao Mar Mediterrâneo, como pode ser observado na figura abaixo. Compreendendo essa importância estratégica, fica evidente a preocupação russa de um ingresso da Ucrânia à OTAN acarretar justamente na instalação de uma base militar americana na Crimeia, expondo as fronteiras russas meridionais, aumentando, assim, o dilema de segurança russo.

Figura 2: Representação gráfica da localização geográfica da Base de Sebastopol



Fonte: Elaboração própria (2023).

Além disso, historicamente, Sebastopol é, de fato, uma base russa. Somente em 1954, quando Ucrânia e Rússia faziam parte de um único Estado, a URSS, Nikita Khrushchev passou a administração da Crimeia à Ucrânia. A decisão do então Secretário-geral do partido dos trabalhadores soviéticos não contou, no entanto, com consulta à população que ali residia, de modo que embora sua maioria fosse de falantes de russo, a transferência ocorreu. Todavia, na prática, essa era apenas uma transferência administrativa, não podendo Khrushchev imaginar que a dissolução da União Soviética ocorreria 37 anos depois.

Devido à importância da base de Sebastopol para os russos, em 1997, um acordo

foi firmado entre os dois países. Acordo este que autorizava o uso da base pela Rússia ainda antes da anexação. Os primeiros-ministros da Rússia, Viktor Tchernomirdin, e da Ucrânia, Pavlo Lazarenko, assinaram três acordos sobre a distribuição de navios e instalações navais da antiga frota soviética do mar Negro (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997). Com base nesses acordos, o porto de Sebastopol continua a ser a base de toda a frota do mar Negro, dividida entre os dois países (*ibidem*). A Rússia tornou-se arrendatária, assim, do porto por 30 anos, em um movimento que pavimentou as relações de amizade entre os dois países. No entanto, o que se celebrou em Kiev, não findou a disputa entre ambos, já que, em 2014, a Rússia incorporou a Criméia ao seu território, fato condenado internacionalmente e não reconhecido como legítimo pela Ucrânia.

Depois do desmembramento da União Soviética, em 1991, devido à presença de uma maioria étnica russa na península da Crimeia, russos nacionalistas passaram a exigir que a região fosse integrada à Rússia desencadeando, assim, a crise. A incorporação ocorreu de maneira pacífica, já que, pelo tratado bilateral entre Rússia e Ucrânia que se seguiu aos acordos supracitados, a Rússia poderia manter até 25.000 soldados estacionados na península. Ao conduzir um *fait accompli* na Crimeia, a Rússia foi capaz de calcular que, embora sancionada internacionalmente, os objetivos limitados de assegurar a base de Sebastopol, se alcançados, lhe seriam úteis sem, contudo, acarretar custo inaceitável. Afinal, como afirma Schelling (2020), com força militar suficiente, um país pode nem precisar barganhar. Ele pode pegar o que quiser. Além disso, como se viu, a OTAN não se envolveu diretamente na crise.

Objetivamente, por meio do Memorando de Budapeste (YOST, 2015; MEARSHEIMER, 1993), a Ucrânia abriu mão da possibilidade de desenvolvimento de sua capacidade dissuasória (nuclear) em troca da expectativa de maior integração econômica, sem que as potências ocidentais da OTAN se comprometessem legalmente a oferecer-lhe assistência militar em caso de agressão. Assim, com a deposição do presidente pró-russo Viktor Yanukovich em 2014, os russos denunciaram o Memorando de Budapeste, anexaram a península ucraniana da Crimeia e deram início a um conflito na região de Donbass, apoiando grupos separatistas anti-Kiev.

Em resposta, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais impuseram sanções a Moscou, e passaram a enviar milhões de dólares em auxílio financeiro e militar ao governo

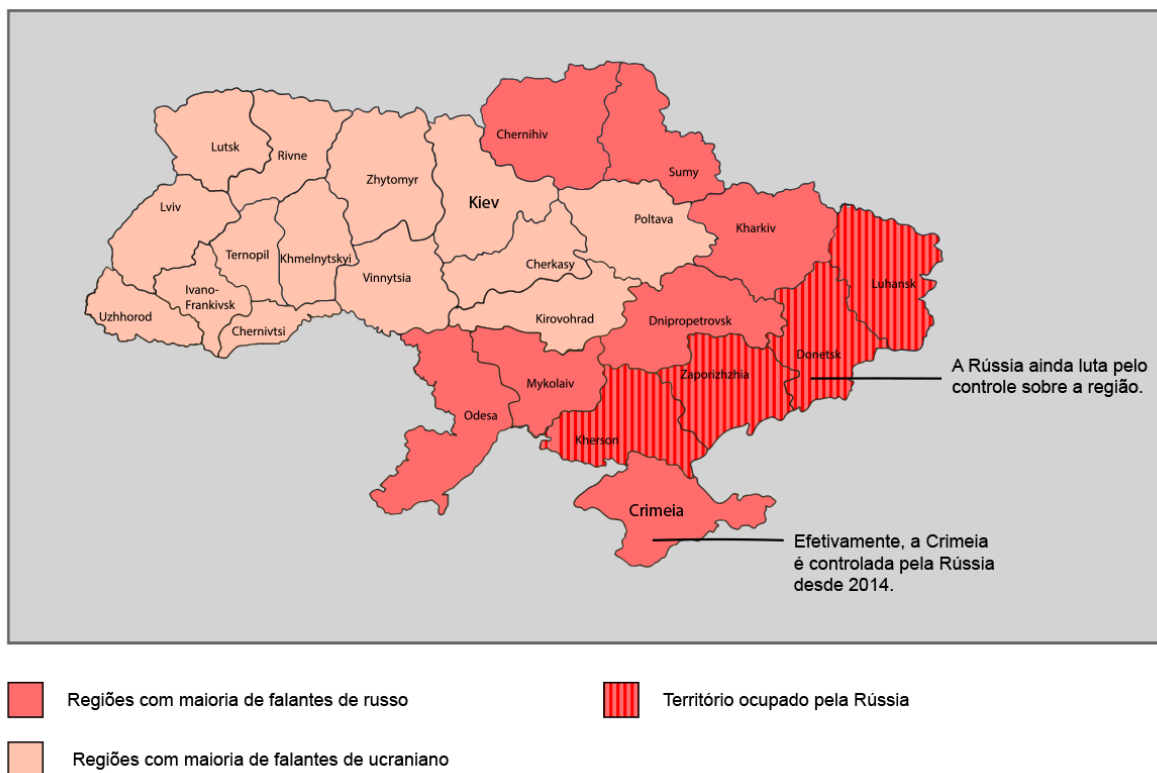
de Kiev. Já na Cúpula da OTAN de 2008, havia discordâncias²⁹ quanto à possibilidade de ingresso da Ucrânia e da Geórgia à aliança (AGÊNCIAS, 2008). Mas fato é que a Declaração final da Cúpula de Bucareste afirmou que as aspirações à membresia da Ucrânia e da Geórgia eram bem-vindas (OTAN 2008). Além disso, como a declaração é emitida pelos chefes de Estado dos países-membros, ratificou a acordância desses quanto ao ingresso da Ucrânia e da Geórgia na OTAN³⁰. Mais recentemente, as pretensões ucranianas foram mais claramente expressas, em 2019, quando a Ucrânia incluiu seu desejo de ingresso à UE e à OTAN em sua constituição (RFE/RL, 2019). Emenda constitucional essa que é inaceitável para a Rússia, a qual vê a Ucrânia historicamente como sua zona de influência (YOST, 2015; PIOTROWSKI, 2019).

Ainda em 2019, o então presidente ucraniano Petro Poroshenko, em 19 de fevereiro, dirigindo-se ao parlamento, disse que via garantir a adesão da Ucrânia à OTAN e à UE como sua "missão estratégica" (RFE/RL, 2019). Esse compromisso foi ratificado pelo atual presidente Volodymyr Zelensky dias antes da invasão, quando este deixou claro que a intenção da Ucrânia de se tornar membro da OTAN está consagrada na Constituição e permanece inalterada (PRESIDENTE DA UCRÂNIA, 2022). Em contrapartida, afirmou o presidente Putin em fevereiro de 2022: “Gostaria de enfatizar novamente que a Ucrânia não é apenas um país vizinho para nós. É uma parte inalienável de nossa própria história, cultura e espaço espiritual” (RÚSSIA, 2022). E, ainda, “Desde tempos imemoriais, as pessoas que vivem no sudoeste do que tem sido *historicamente a terra russa* se autodenominam russos e cristãos ortodoxos” (RÚSSIA, 2022, grifo nosso). Dessa forma, Putin deixa claro sua visão sobre a Ucrânia, país com o qual a Rússia tem fortes laços históricos e culturais e cujo território, conforme seu ponto de vista, é historicamente russo. Abaixo, é possível encontrar figura que ilustra a divisão linguística da Ucrânia, onde, destacadamente no leste do país, a maioria da população é falante nativa de russo. É nesta área também onde estão localizadas as regiões em disputa.

²⁹ Alemanha, França, Itália e Holanda foram contra o convite à adesão da Ucrânia e da Geórgia no Plano de Ação para Adesão, que seria o primeiro passo para a entrada na aliança (AGÊNCIAS, 2008).

³⁰ A declaração final da OTAN afirma em seu ponto 23: NATO welcomes Ukraine's and Georgia's Euro-Atlantic aspirations for membership in NATO. We agreed today that these countries will become members of NATO (OTAN, 2008).

Figura 3: Representação gráfica da divisão linguística da Ucrânia



Fonte: Elaboração própria (2023).

Dando continuidade às tensões observadas entre os dois países, no dia 22 de fevereiro de 2022, Putin fez longo discurso no qual reconheceu a independência das repúblicas separatistas da Ucrânia, na região da bacia do Don. Essas regiões, como observado na figura acima, possuem preponderância no que se refere aos falantes de russo em relação aos falantes de ucraniano, de modo que a maioria da população se identifica étnica e culturalmente como russa. Isso não quer dizer, necessariamente, que apoiem a agressão russa. No discurso (RÚSSIA, 2022), o presidente russo destacou que “a Ucrânia moderna foi inteiramente criada pela Rússia ou, para ser mais preciso, pela Rússia bolchevique e comunista”. Ou seja, o presidente não vê o surgimento do Estado Ucrainiano como um processo orgânico, mas simplesmente como uma estratégia (ruim) da Rússia bolchevique, baseada no pensamento de Lênin que buscava o apaziguamento dos nacionalistas em um contexto do já dividido partido bolchevique. Isso porque, vale ressaltar, o vasto território russo abriga diferentes etnias.

Destaca-se as considerações de Putin feitas neste discurso com intuito de compreender melhor aquilo que já foi discutido no primeiro capítulo, isto é, as preferências

russas, já que, somente com esta compreensão, é possível estipular quais custos a Rússia considera como inaceitáveis. Dando prosseguimento, o presidente critica a política do partido soviético adotada em 1989, em consonância com os princípios leninistas, que estabeleciam as bases para a autodeterminação como nações soberanas das repúblicas socialistas soviéticas. “A desintegração do nosso país unido foi provocada pelos erros históricos e estratégicos por parte dos líderes bolcheviques e da liderança do Partido Comunista da União Soviética”, afirma ele (RÚSSIA, 2022).

Assim, ele declara que foi um erro, tanto por parte de Lênin quanto do partido³¹, permitir a secessão do território, fato que inevitavelmente viria a causar o desmembramento do território que – ele considera – é historicamente russo. Por isso, diz: “O colapso da Rússia histórica conhecida como URSS está em sua consciência” (RÚSSIA, 2022). Fica evidente, dessa forma, que, para Putin, a Rússia foi lesada e que a Ucrânia é, de fato, como foi no Império Russo e na URSS, parte da Rússia histórica. Além disso, o presidente russo reconhece que a Ucrânia tenha o direito a escolher sua política de segurança, já que, antes, reconhece que seu país aceitou a independência dessas novas repúblicas e as considerou legítimas. No entanto, Putin alega: “A escolha de caminhos para garantir a segurança de um país não deve representar uma ameaça para outros Estados” (RÚSSIA, 2022). Logo, considerando que a adesão da Ucrânia à OTAN é uma ameaça direta à segurança da Rússia, ela não deveria ocorrer ou, ao menos, assim ele entende.

Por fim, acusando o governo ucraniano de neonazismo, e lembrando a não implementação dos Acordos de Minsk, Putin declara: “Considero necessário tomar uma decisão há muito esperada e reconhecer imediatamente a independência e a soberania da República Popular de Donetsk e da República Popular de Lugansk” (RÚSSIA, 2022). Dias depois, alegando realizar uma Operação Militar Especial com base no artigo 51³² da Carta das Nações Unidas (1945), Putin invadiu a Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022. Sem especificar se o fazia com base na legítima defesa individual ou coletiva, o Putin enviou sua justificativa ao CSNU, anexando discurso televisionado que realizara no mesmo dia.

³¹ PCUS - Partido Comunista da União Soviética

³² O artigo 51 da Carta da ONU estabelece: Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

No discurso³³, Putin reitera suas considerações anteriores. Além disso, o presidente russo afirma estar agindo para proteger os interesses russos e a própria segurança russa que se vê ameaçada pela aproximação da OTAN de suas fronteiras. Destaca, ainda, que age para proteger as populações das repúblicas de Donetsk e Lugansk, reconhecidas dois dias antes, que solicitaram sua ajuda militar. Putin anuncia, assim, o início da sua “operação militar especial”, ratificando que seu objetivo é proteger as pessoas que foram vítimas de abuso e genocídio pelo regime de Kiev por oito anos (THE SPECTATOR, 2022). Segundo o presidente russo, para isso, é preciso lutar pela desmilitarização e desnazificação da Ucrânia, bem como levar à justiça aqueles que cometeram numerosos e sangrentos crimes contra civis, incluindo cidadãos da Federação Russa (THE SPECTATOR, 2022).

As justificativas apresentadas por Putin são parte de seu esforço para apresentar uma base legal, a partir do direito internacional e dos princípios das relações internacionais, para a invasão. Ele assim o faz também para se diferenciar das ações ocidentais que ele denuncia em seu discurso como ilegais. Dessa forma, coloca-se em uma posição de defesa da ordem internacional em contraposição ao “império de mentiras” dos EUA e seus aliados (THE SPECTATOR, 2022). A partir desses dados históricos e compreendendo melhor a posição russa sobre o conflito, seguimos para o subcapítulo seguinte, cujo intuito é fazer um balanço do primeiro ano de invasão como contexto para a compreensão das ameaças nucleares e do não-emprego dessas no conflito.

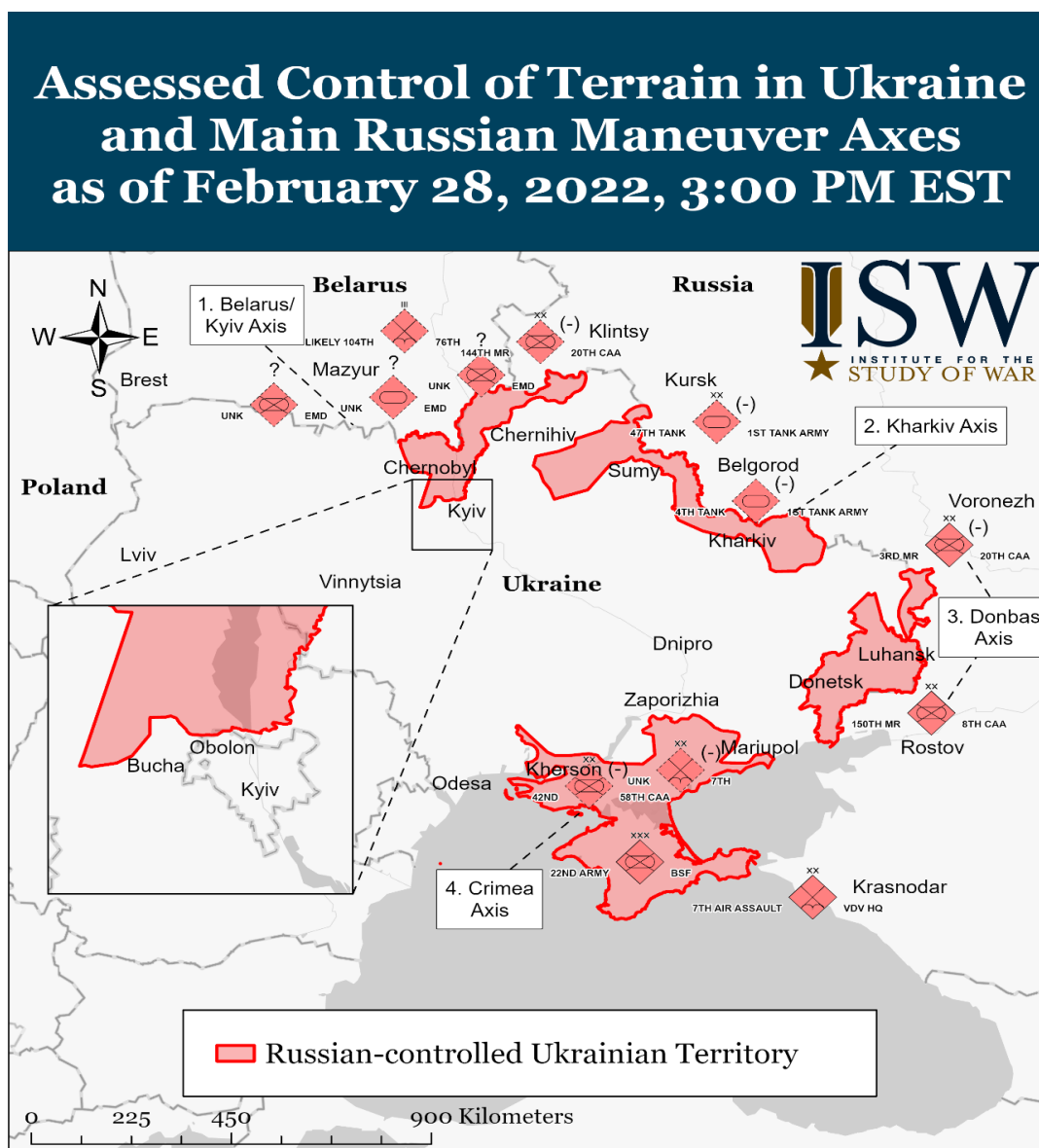
3.2 Um ano de invasão russa na Ucrânia: desenvolvimento do conflito e implicações para a estratégia russa

No dia 24 de fevereiro de 2022, como supracitado, a Rússia invadiu a Ucrânia. Iniciando sua ofensiva a partir da fronteira russo-ucraniana, da fronteira bielorrussa-ucraniana, da Crimeia ocupada e Donbass ocupada, as forças armadas russas conduziram, em paralelo, ataques aéreos e de mísseis, enquanto suas forças terrestres iniciaram operações em diversas partes da Ucrânia (BATASHVILI, 2022), como representado no mapa abaixo.

³³ A transcrição do discurso foi originalmente publicado pelo Ministério das Relações Exteriores da Rússia (2022) em russo, após fala de Putin televisionada (direcionada à nação) em Moscou, mas as menções feitas neste trabalho partem da tradução publicada pelo The Spectator (2022) para o inglês. O presidente russo afirmou: In this regard, in accordance with Article 51 of Part 7 of the UN Charter, with the sanction of the Federation Council of Russia and in pursuance of the treaties of friendship and mutual assistance ratified by the Federal Assembly on 22 February this year with the Donetsk People’s Republic and the Luhansk People’s Republic, I decided to conduct a special military operation (THE SPECTATOR, 2022).

Ao preparar-se para um conflito, como afirmam Ferreira e Teixeira Junior (2021), de antemão, torna-se imperativo avaliar a aptidão adversária de concentrar seus recursos militares na região litigiosa. A Rússia não parece ter se preparado para uma série de fatores cruciais que contribuíram para o não alcance rápido dos seus objetivos aparentes, como a conquista definitiva dos territórios da bacia do Don. Apesar disso, se considerarmos que seus objetivos políticos eram a não adesão da Ucrânia à OTAN e à UE, ao menos por enquanto, isso não ocorreu.

Figura 4 - Representação gráfica do controle de terreno na Ucrânia e os principais eixos de manobras russas, em 28 de fevereiro de 2022



Fonte: Institute for the Study of War (2022).

Utilizando-se do território do aliado Belarus, a Rússia lançou sua ofensiva pelo norte contra Kiev, o que levantou questionamentos quanto ao real objetivo político da invasão. Pode-se inferir que o Kremlin buscava depor o governo de Kiev e estabelecer em seu lugar uma administração alinhada aos interesses russos. Isso, contudo, não foi declarado expressamente pelo governo russo, de modo que não se pode ter certeza quanto a essa leitura. Uma outra possibilidade é que a Rússia desejava repetir aquilo que os EUA fizeram quando conquistaram a Cidade do México, em 1847. Conforme Schelling (2020), na ocasião, os EUA conseguiram uma rápida vitória na conquista da cidade e, ao exercer coerção sobre os mexicanos, atingiram seu objetivo de conquista territorial. Como resultado, sob coerção, o México cedeu aos Estados Unidos os territórios da Califórnia, Texas, Novo México, Utah, Arizona, Nevada e a parte oeste do Colorado em troca da liberação de sua capital. Além disso, os mexicanos receberam uma compensação financeira, tal qual estabelecido pelo Tratado de Guadalupe Hidalgo (GOVERNO DOS EUA E DO MÉXICO, 1848). Como aponta Batashvili (2022), pelo lado leste do rio Dnieper, a nordeste de Kiev, os russos também se esforçaram para se aproximar da capital ucraniana por meio dessa direção, ainda como parte da ofensiva inicial. Ofensiva essa que, ao contrário daquela americana contra o México, não foi bem-sucedida, já que Kiev não caiu.

Walt (2023) argumenta que Putin errou em muitos de seus cálculos quando decidiu invadir a Ucrânia. Isso porque entende que o presidente russo exagerou as capacidades militares das suas forças armadas. Como destacam Ferreira e Teixeira Júnior (2021), o equívoco na avaliação das capacidades militares opostas, seja superestimando os próprios recursos, seja depreciando as possibilidades inimigas, é causa de boa parte dos fracassos estratégicos na história da guerra. Além disso, aponta Walt (2023), Putin subestimou o poder do nacionalismo ucraniano e a capacidade de suas forças armadas de defender sua terra natal. Como já destacado no capítulo 1, as preferências de um oponente devem sempre ser consideradas em um cálculo estratégico. Naturalmente, a condução de uma ofensiva contra a capital ucraniana foi compreendida como uma ameaça à própria sobrevivência do Estado ucraniano, bem como da própria nacionalidade ucraniana.

Desse modo, a motivação para resistir à ameaça foi muito maior e os ucranianos estavam dispostos a assumir os riscos que essa resistência acarretaria, diferentemente do que ocorreu na Península da Crimeia em 2014. Como lembram Ferreira e Teixeira Junior (2021),

a motivação da tropa – a Ucrânia foi invadida –, o nível de adestramento e de experiência em combate – a Ucrânia vinha se preparando para esse evento desde 2014 – são apenas alguns dos muitos aspectos a serem observados quando se objetiva a mensuração do poder de combate. Some-se a isso o peso da cooperação entre Ucrânia e OTAN não apenas no que tange à aquisição de plataformas e sistemas de armas, mas na mudança doutrinária e organizacional de suas forças.

Ademais, ao contrário do que almejava a Rússia, a OTAN não concordou em renunciar à sua política de portas abertas ou com a imposição de uma neutralidade à Ucrânia. Como aponta Kofman (2022), ao interromper sua cooperação de defesa com não-membros, os EUA estariam reconhecendo que as considerações de segurança de Moscou suplantam o direito de seus vizinhos de escolher sua orientação estratégica. Isso não ocorreu. De igual forma, antes da invasão, ao não aceitar as ambíguas exigências da Rússia, os EUA não admitiram que a concertação da segurança europeia deveria ser negociada com Moscou (KOFMAN, 2022).

Adicionalmente, o presidente russo, argumenta Walt (2023), parece ter julgado mal a unidade ocidental, a velocidade com que a OTAN e outros viriam em auxílio da Ucrânia e a vontade e a capacidade dos países importadores de energia de impor sanções à Rússia e de se desvincularem dessas importações. Como informa o *Kiel Institute for the World Economy* (2023), somente o governo alemão, até 5 de dezembro de 2022, já somava 5,01 bilhões de euros em ajuda bilateral. No total, estima o Instituto Kiel (2023), a base principal de dados rastreia €143,63 bilhões de ajuda militar, humanitária e compromissos financeiros feitos entre 24 de janeiro de 2022 (um mês antes da invasão) e 15 de janeiro de 2023 por 41 doadores. Além disso, o acordo da UE com o Azerbaijão que visa dobrar as exportações do país para o bloco trabalha contra a Rússia duplamente, porque, além de suprir parte da necessidade de energia da Europa, fortalece o adversário da sua aliada Armênia, país-membro da OTSC. O aumento será de pelo menos 20 bilhões de metros cúbicos por ano (bmc) até 2027, acima dos 8,1 bmc do ano de 2021 (Valor Econômico, 2022).

Na Armênia, onde a Rússia mantém tropas de manutenção da paz, há insatisfação quanto à falta de garantias russas no que se refere à segurança das fronteiras, onde o conflito com o vizinho Azerbaijão permanece vivo. A Rússia é acusada pela Armênia de não fazer nada frente às provocações do Azerbaijão, apesar de ter assumido o compromisso de garantidora da segurança da Armênia. Como sinalização dessa insatisfação, a Armênia

recusou-se a realizar exercícios militares com a Rússia como previsto pelo tratado. "A Arménia não considera oportuno realizar exercícios da Organização do Tratado Coletivo de Segurança", disse o primeiro-ministro Nikol Pachinian em conferência de imprensa (LUSA, 2023).

Putin pode também ter superestimado a vontade da China de apoiá-lo, país que está comprando muito petróleo e gás russos, mas não está fornecendo a Moscou apoio diplomático vocal ou ajuda militar valiosa, aponta Walt (2023). Ressalta-se que o banco central russo registrou um superávit comercial recorde de 227 bilhões de dólares em 2022, impulsionado em grande parte pelas exportações de energia do país, informa a revista *Veja* (2022). Todavia esse movimento não sinaliza um envolvimento direto chinês na Ucrânia que vê a questão como um conflito territorial, no qual não deve intervir. Apesar disso, declarou, por meio do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China (2023) que a segurança de um país não deve ser buscada às custas dos outros.

Neste mesmo documento, a RPC afirma que a segurança de uma região não deve ser alcançada fortalecendo ou expandindo blocos militares. O país deixa, assim, de maneira mais clara, a sua oposição à OTAN, reafirmando a necessidade de "abandonar a mentalidade da Guerra Fria". Além disso, ainda antes da invasão, quando a Rússia sofria com as sanções após a anexação da Crimeia, Marshall (2018, p. 54) destacou que as recentes sanções ocidentais contra a Rússia em razão da crise na Ucrânia levaram-na a estabelecer grandes acordos com a China em termos que ajudarão a manter a Rússia solvente, mas são *favoráveis aos chineses* (grifo nosso). Obviamente, não é esperado que um Estado assuma comportamento que lhe seria desvantajoso – irracional –, mas o que Marshall (2018) salienta é que a Rússia é o sócio minoritário nessa relação, isto é, tende a ganhar menos, comparativamente, no longo prazo.

Para Walt (2023), não importa como a guerra acabe, a Rússia será mais fraca e menos influente do que teria sido se Putin tivesse escolhido um caminho diferente. Favoravelmente à Rússia, no entanto, foi a resistência que a economia do país apresentou às sanções, tendo seu Produto Interno Bruto (PIB) decaído apenas ligeiramente, em 2,1% no ano de 2022, contrariando as previsões de 12% de queda (ZANOBIA, 2022). As consequências a longo prazo podem ser mais graves, como aponta Walt (2023), mas Putin estava certo ao assumir que as sanções por si só não determinariam o resultado do conflito por um bom tempo. Afinal, ainda há apetite suficiente por matérias-primas russas (incluindo

energia) para manter a economia russa funcionando, destaca Walt (2023).

A Índia, mais um membro do BRICS que não considera vantajoso seguir a linha Ocidental de condenar veementemente a invasão, também tem seus próprios interesses ao fazê-lo, mostrando que a condenação de Putin não é universal. Além de ter na Rússia seu fornecedor de armamentos e equipamentos militares, os quais lhe permitiram maior autonomia das suas capacidades militares face ao Ocidente, a Índia busca fazer oposição à China. Movimento esse que denota a crescente complexidade do processo decisório dentro de um contexto multipolar. China, Rússia e Índia são potências asiáticas (no caso russo, euroasiática), que, à primeira vista, podem parecer aliadas. No entanto, com uma lente de aproximação, é possível observar que, de fato, são países com interesses convergentes, a exemplo de um moderado revisionismo em relação à ordem internacional. Em outros aspectos, contrasta-se, possuem interesses concorrentes. Essa complexidade é natural quando se lida com múltiplos interesses.

Já no que se refere aos aliados da Ucrânia, por mais que a convergência (conter a Rússia) em muito supere eventuais divergências, seus objetivos no conflito são limitados. Isso quer dizer que não há a mesma motivação por parte desses aliados para o comprometimento com o conflito. Em contrapartida, é evidente que para a Ucrânia essa é uma guerra total, na qual se ameaça a sobrevivência do Estado e da própria nacionalidade ucraniana. Desde o início do conflito, ficou claro que os EUA não estavam dispostos a contribuir, ao menos não de maneira declarada, com tropas americanas para defender o território ucraniano. Com a exceção da Polônia, esse tem sido o posicionamento dos países europeus membros da OTAN, ou seja, o que está em jogo para os aliados ucranianos possui magnitude distinta em comparação ao que está em jogo para a Ucrânia. Isso se deve aos interesses *assimétricos* e aos diferentes objetivos na guerra. A Ucrânia objetiva sua sobrevivência como Estado, por isso a guerra para si é total, enquanto seus aliados visam conter a Rússia, de modo que seus objetivos são mais limitados.

Walt (2023) destaca ainda que a Ucrânia busca mudar essa percepção de assimetria de interesses por parte de seus aliados, pedindo mais dinheiro e mais armas, como fez recentemente o presidente Zelensky na cúpula do G7 (BALDOR; MADHANI, 2023). Desse modo, quanto mais recursos esses países comprometerem ao esforço de guerra ucraniano, maior será a percepção de cada um deles, bem como da opinião pública internacional e de eventuais opositores, do seu envolvimento no conflito. Assim, cada vez mais, torna-se difícil

aceitar um resultado desfavorável da guerra, o qual já é declaradamente inaceitável para a Ucrânia, percepção que ela deseja expandir aos seus aliados. De fato, quanto mais os países ocidentais perceberem o resultado do atual conflito como importante para si, maior o risco de escalada da guerra. Desse modo, como apontam Masters e Merrow (2023), a Ucrânia solicitou certos equipamentos avançados, como aeronaves de caça, que os EUA e outros governos doadores não estavam dispostos a fornecer, preocupados que isso pudesse escalar a guerra.

No entanto, à medida que os combates progrediram, eles perderam gradualmente sua relutância em dar à Ucrânia ativos mais sofisticados, como tanques de batalha, salientam Masters e Merrow (2023). Exemplo disso é que os EUA concordaram em permitir o treinamento de ucranianos para operar caças F-16³⁴. Ainda não está confirmado se os americanos vão fornecer essas aeronaves à Ucrânia diretamente (BALDOR; MADHANI, 2023). No entanto, apesar da relutância inicial do presidente americano, Joseph Biden, de fornecer essas aeronaves à Ucrânia, na cúpula do G-7, o presidente anunciou sua união à coalizão dos caças F-16 (BALDOR; MADHANI, 2023). O Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Kuleba (2023) destacou que é de vital importância fornecer caças F-16 ao seu país. Kuleba (2023) ressalta que a Ucrânia precisa de aeronaves de caça modernas para fortalecer suas defesas aéreas e antimísseis, salvar vidas e proteger civis. Vale destacar, no entanto, o longo prazo para a entrega dessa aeronave aos ucranianos, aliado à necessidade de treinar os pilotos, mecânicos e pessoal adequado para operá-la, o que, estima-se, deve demorar de 18 a 24 meses (REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2023).

Evidentemente, para a Ucrânia, essa percepção compartilhada lhe é favorável, já que levaria a um maior comprometimento de seus aliados com seu esforço de guerra. Os países do leste europeu, por exemplo, são os maiores doadores quando se compara ao seu Produto Interno Bruto, como mostram Masters e Merrow (2023). Isso porque, a sua percepção da Rússia como ameaça é muito maior do que aquela que tem a Alemanha e a França. Contudo, destacam Masters e Merrow (2023), os aliados da OTAN são particularmente cautelosos em serem puxados diretamente para as hostilidades, o que aumentaria drasticamente o risco de uma guerra nuclear. Parafraseando Walt (2023), quanto mais armas e recursos a OTAN e outros países doadores comprometem à Ucrânia, mais eles

³⁴ O F-16, ou *Fighting Falcon*, foi construído sob um acordo incomum, que criou um consórcio entre os Estados Unidos e quatro países da OTAN: Bélgica, Dinamarca, Holanda e Noruega (AIR FORCE, 2021). Esses caças podem alcançar a velocidade de Mach 2 (2.450km/h) em altitude (AIR FORCE, 2021).

se tornam comprometidos com o resultado do conflito. De igual modo, salienta Walt (2023), infelizmente, quando ambos os lados começam a pensar que seus interesses vitais exigem infligir uma derrota decisiva ao oponente, o fim das guerras se torna mais difícil e a escalada se torna mais provável.

Ainda é cedo para estipular possíveis resultados para o atual no conflito, já que ambos os lados não parecem dispostos a negociar e, evidentemente, não se pode prever o futuro. Não obstante, supõe-se que um maior comprometimento de ajuda militar, especialmente advinda dos EUA, torna o conflito menos — não mais — próximo de uma resolução. Isso porque a máquina de guerra americana pode suportar o envio de armas, carros de combate e munição à Ucrânia, desde que não comprometa suas próprias tropas ao país, o que naturalmente representaria uma escalada da guerra. Ainda que tenha demonstrado forte resistência à invasão, a Ucrânia depende da ajuda estrangeira e, uma vez que esta se mantenha, o país tende a enfrentar um conflito prolongado. Além disso, não é possível hoje identificar uma real disposição entre as partes em ceder no que se refere aos seus interesses. Nem a Ucrânia tem sinalizado uma mudança de sua emenda constitucional ou a cessão de parte de seu território à Rússia, nem esta tem sinalizado um recuo à invasão.

Desse modo, diante da falta de perspectivas de uma rápida resolução para a guerra, busca-se entender melhor a racional russa. Esta, deve ser compreendida a partir de suas preferências expressas, a fim de estimar os rumos que levariam à escalada do conflito. Além disso, destaca-se a ameaça do emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia como parte da sua estratégia de dissuasão, entendida pela OTAN como “escalar para desescalar”, mas expressa em outros termos na Rússia. Neste sentido, discutiremos, a seguir, um pouco sobre a Doutrina Nuclear Russa.

4. ANÁLISE DE CASO

4.1 A Doutrina Nuclear Russa: escalar para desescalar, uma estratégia de dissuasão

Ainda em 2010, tratando da divulgação da então Nova Doutrina Militar Russa, Pavel Petrovskiy, embaixador da Rússia em Portugal, explicou, após citar dito documento, que a doutrina russa está orientada para a contenção nuclear e para a utilização de armas nucleares apenas como resposta em caso de agressão (Petrovskiy 2010). Ainda de acordo com o embaixador, tratando sobre o uso contra países não-nuclearmente armados, a doutrina estabelece que a Rússia não fará uso de armas nucleares contra estes, excetuando-se quando há ameaça à existência do Estado russo. Essa ameaça poderia se configurar quando há ataque advindo de um Estado não-nuclear em conjunto com um Estado nuclear, conforme Petrovskiy (2010).

Desse modo, um ataque da Ucrânia, se em conjunto com a OTAN (aliança militar nuclearmente armada) poderia ser, portanto, considerado uma ameaça à existência do Estado russo, servindo de gatilho, assim, para uma retaliação nuclear. De acordo com a Doutrina nuclear russa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020), em seu ponto 19, as condições que especificam a possibilidade de uso de armas nucleares pela Federação Russa são as seguintes:

a) chegada de dados confiáveis sobre um lançamento de mísseis balísticos atacando o território da Federação Russa e/ou seus aliados; b) uso de armas nucleares ou outros tipos de armas de destruição em massa por um adversário contra a Federação Russa e/ou seus aliados; c) ataque do adversário contra locais governamentais ou militares críticos da Federação Russa, cuja interrupção prejudicaria as ações de resposta das forças nucleares; d) agressão contra a Federação Russa com o uso de armas convencionais quando a própria existência do Estado está em risco (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020, p. 5).

A primeira (a), a segunda (b) e a terceira (c) ocasiões nas quais a Rússia usaria armas nucleares parecem bastante objetivas, já que se referem a uma retaliação, mesmo que a um ataque não-nuclear. A quarta ocasião (d), no entanto, revela-se um tanto mais subjetiva, já que, afinal, é difícil estimar o que poderia ser compreendido como ameaça à existência do Estado russo. A possibilidade de materialização de um ataque nuclear facilita a objetividade da doutrina ao estipular uma resposta igualmente material (retaliação nuclear).

De igual modo, um ataque utilizando-se de outros tipos de armas de destruição em massa, sejam elas químicas ou biológicas, também se configura em uma situação, como exposto no exemplo de Schelling (2020) quanto ao Iraque no capítulo 1, na qual seria esperada uma retaliação material, nuclear. De igual forma, assim estipula a Doutrina Nuclear Russa.

Assim como os EUA, a Federação Russa estende suas capacidades dissuasórias aos seus aliados e, portanto, considera um ataque, nas condições supracitadas, a estes como ocasião para o emprego de suas armas nucleares contra um oponente. Já quando se fala, conforme a Doutrina Nuclear Russa, em seu ponto 19. “c) em um ataque do adversário contra *locais* governamentais ou militares críticos da Federação Russa, cuja interrupção prejudicaria as ações de resposta das forças nucleares” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020), a objetividade permanece. Ao especificar que o ataque *prejudicaria as ações de resposta das forças nucleares*, a doutrina russa salienta a necessidade de manutenção das suas capacidades retaliatórias, já que, sem elas, prejudicaria, consequentemente, suas capacidades de defesa.

De modo distinto, uma ameaça pode ser real ou percebida, de forma que nem sempre as duas possibilidades caminham juntas. A percepção de ameaça à existência do Estado russo, pode, assim, variar conforme o observador, recorrendo mais à subjetividade do tomador de decisão, neste caso, o presidente russo. Como aponta Wachs (2022), talvez nem mesmo o Kremlin tenha definido com precisão o momento em que empregaria armas nucleares. Além disso, há de se considerar as percepções entre lados oponentes. Para a Ucrânia, defender seus territórios nos oblasts de Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporizhia é não só legítimo, como também esperado. No entanto, uma vez que a Rússia considera essas regiões de fato como parte da Federação Russa, como declarou após os referendos, um ataque sobre essas regiões seria configurado como um ataque à Rússia. Assim, uma defensiva ucraniana que penetrasse no território considerado russo poderia acarretar sérias implicações, ainda que o controle russo sobre esses territórios não esteja plenamente estabelecido. Esse é o caso do oblast de Donetsk que mantém-se, em parte, sob controle ucraniano.

Além disso, a Rússia, em 27 de fevereiro de 2022, logo após o início da invasão, colocou as forças de dissuasão nuclear do país em um modo especial de prontidão de combate. Isso não era feito desde o fim da Guerra Fria (CHERNENKO, 2022). De igual forma, Rússia e Belarus anunciaram o estacionamento de mísseis Iskander, que possuem a

capacidade de carregar armas nucleares táticas, no território de Belarus ('BUFFER, 2023). Esse comportamento não é estranho, já que, quando os EUA estacionaram escudos antimísseis na Polônia, alegando necessidade de proteção contra o Irã, a Rússia estacionou mísseis Iskander – conhecidos por sua alta precisão e capacidade de evitar defesas antimísseis – em Kaliningrado (BONET, 2013). A partir da cidade, espera-se que com seu alcance de até 400 km, os mísseis estacionados teriam condições de neutralizar os escudos americanos na Polônia, mantendo, assim, a paridade nuclear. Semelhantemente ao ocorrido em 2011, a Rússia reitera por meio de suas ações que não aceitará provocações sem retaliação, reforçando, assim, sua postura dissuasória.

Salienta-se que a Doutrina Nuclear Russa ratifica os propósitos dissuasórios do arsenal nuclear russo, tanto devido à sua própria constituição federativa, quanto ao Direito Internacional. Assim, destaca o documento em seu ponto 15, que trata dos princípios da dissuasão nuclear, a) o cumprimento dos compromissos internacionais de controle de armas. E, ainda, em seu ponto 15.f) *racionalidade* da estrutura e composição das forças e meios de dissuasão nuclear e sua manutenção no nível mínimo suficiente para implementar as tarefas atribuídas³⁵. Isso coaduna com o apresentado no capítulo 1, quando demonstramos as capacidades nucleares russas armazenadas e estacionadas, ou seja, boa parte do arsenal permanece armazenado porque não é necessário para o cumprimento de suas funções dissuasórias. Poderia, no entanto, na eventualidade de uma transição da postura dissuasória para aquela de combate, ser estacionado e, numa possibilidade mais remota, empregado.

Como exposto anteriormente, a perspectiva ocidental sobre a doutrina nuclear russa teme a possibilidade de emprego de armas nucleares com o intuito de trazer um fim rápido a um conflito em termos favoráveis a Moscou. Ao contrário do que o termo “escalar para desescalar” sugere, contudo, a postura nuclear russa decretada em 2020 aponta para o uso retaliatório, em detrimento do primeiro ataque. Ainda assim, a possibilidade de primeiro uso não é de todo excluída, conforme apresentado acima. Considerando que os resultados mais prováveis de um conflito não favoreçam Moscou, o emprego de armas nucleares vem à tona como uma possibilidade. Conforme Lyon (2019), diante da perspectiva de perda de um conflito a nível convencional, se essa é uma perda considerada intolerável, qualquer Estado nuclearmente armado estaria estimulado ao recurso às armas nucleares.

Além disso, aponta Wachs (2022), do ponto de vista russo, a dissuasão não é

³⁵ Citações extraídas e traduzidas de Ministério das Relações Exteriores (2020, p. 4).

baseada somente em ameaças de uso da força ou intimidação, mas também na disposição em aplicar força limitada, o que estaria em acordância com aquilo apresentado por Schelling (2020) quanto à diplomacia coercitiva. Com armas nucleares disponíveis, assevera Schelling (2020), a contenção da violência não pode esperar o resultado de um confronto militar. Desse modo, a contenção, para que ocorra, deve se dar durante a guerra (SCHELLING, 2020). Daí, a razão da preocupação ocidental quanto à possibilidade de emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia. Uma vez que ele aconteça, é difícil prever se ocorreria simplesmente para pôr fim ao conflito, como muitos supõem ter feito as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki na Segunda Guerra Mundial ou se se iniciaria uma Guerra Nuclear Limitada³⁶, uma cujos custos de escalada seriam inestimáveis.

A razão por trás da decisão de empregar armas nucleares em um contexto assimétrico pode ser compreendida, porque, ao contrário do que ocorre em uma situação de equilíbrio de poder, a dissuasão se dá de forma unilateral. Dessa forma, como a Ucrânia não possui as capacidades necessárias para dissuadir a Rússia em meios convencionais ou nucleares, a Rússia pode, de fato, encontrar-se mais propensa ao emprego de tais armas. No entanto, isso só lhe seria vantajoso se, e somente se, esse emprego não acarretasse no envolvimento direto de outras potências nucleares no conflito, um risco com o qual o Estado Russo teria de arcar ao empregar tais armas.

Soma-se, ainda, o custo normativo desse emprego. Países africanos, muitos dos quais têm buscado uma postura neutra em relação ao conflito, como salientado por seus votos de abstenção na Assembleia Geral da ONU (G1, 2022), poderiam voltar-se contra a Federação Russa. Isso porque foram particularmente prejudicados por testes nucleares de suas antigas metrópoles, assim como territórios da Ásia-Pacífico, e hoje adotam uma postura em vista do banimento³⁷ de armas nucleares. Ainda que o emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia por parte da Rússia não desencadeasse uma guerra nuclear limitada, as

³⁶ Como destacado por Morgan (2003), a dissuasão também atua para evitar a escalada de um conflito. Desse modo, mesmo uma guerra nuclear pode ser limitada, na medida em que se evita a destruição de alvos não-militares, como grandes centros urbanos. Schelling (2020) contrapõe esse argumento, no entanto, destacando que, com armas nucleares, não é preciso derrotar as forças inimigas antes de destruir cidades. Portanto, essas armas, para ele, oferecem a alternativa de transferência do centro de gravidade de um conflito das forças militares para a capacidade de impor dano à população civil.

³⁷ Há, hoje, iniciativas internacionais em vista do banimento de armas nucleares, como o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares (TPAN). O TPAN surgiu majoritariamente liderado por nações do que outrora poderia ser chamado terceiro mundo. O tratado, que é aberto à assinatura universal dos Estados desde 2017, almeja a positividade da crença já amplamente percebida, conforme Tannenwald (2007) de que não se pode utilizar armas nucleares. O TPAN já possui 68 ratificações (ONU, 2017).

consequências para o Estado russo seriam enormes e colocariam o país na posição de pária internacional não só para o chamado Ocidente, mas também para o sul global. A quebra do tabu representaria, assim, novo momento para as relações da Rússia com o mundo, renegando-lhe a uma nova posição de isolamento, tendo como aliados somente pequenos países vizinhos, como Belarus e Cazaquistão.

Todavia, uma vez que a Rússia decida por um ataque, é interessante compreender os mecanismos internos do Estado russo que seriam ativados. Ainda que, pela Doutrina Nuclear Russa, como já destacado, a decisão de empregar armas nucleares caiba ao presidente, é provável que Putin consultasse a alta cúpula do seu Conselho de Segurança antes de fazê-lo. Assim, aponta Faulconbridge (2022) em matéria a Reuters, para preparar um ataque com armas nucleares táticas, é provável que Putin consulte aliados seniores do Conselho de Segurança da Rússia antes de ordenar, por meio do estado-maior, que uma ogiva seja estacionada em um veículo de entrega e preparada para uma possível ordem de lançamento³⁸. Dessa forma, por meio desse mecanismo de aviso, as informações relativas à prontidão russa para o emprego dessas armas chegariam facilmente ao Ocidente, seja por meio de sua inteligência, seja por meio de um aviso do próprio presidente. Mecanismo esse que também está previsto na Doutrina Nuclear Russa, em seu ponto 20, o qual informa:

o Presidente da Federação Russa pode, se necessário, informar a liderança político-militar de outros estados e/ou organizações internacionais sobre a prontidão da Federação Russa em usar armas nucleares ou sobre a decisão tomada de usar armas nucleares, bem como sobre o fato de terem sido usadas armas nucleares (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020, p. 5).

Isso deve ocorrer devido à própria natureza das armas nucleares, cujo objetivo, como já amplamente discutido, é dissuadir, mas também compelir. Uma vez que a Rússia se encontre na posição de recorrer ao uso de armas nucleares táticas na Ucrânia, ela buscará tirar o máximo de ganhos da situação. Estes, em acórdância com o que aponta Schelling (2020), podem ser muito maiores se essas armas não forem empregadas. Uma mudança na postura dissuasória do arsenal nuclear russo para aquela de prontidão de combate traria sérias tensões à Ucrânia e aos seus aliados ocidentais, de modo que a expectativa do emprego dessas armas já poderia ser suficiente para atingir os objetivos russos sem, contudo, que elas

³⁸ No original em inglês, *launch on warning*, o que sinaliza prontidão de combate, isto é, o lançamento está preparado para acontecer sob ordem presidencial.

sejam empregadas.

Como destacado por Schelling (2020), o propósito de usar a força militar para infringir o sofrimento deve ser influenciar o comportamento de um ator, coagi-lo a uma decisão. E, para que seja coercitiva, a violência precisa ser antecipada. Em congruência, afirma Hans Kristensen, diretor da FAS: "Você pode imaginar que Putin pode querer um processo lento para que a Ucrânia e o Ocidente suem enquanto observam os preparativos" (FAULCONBRIDGE, 2022). Essa antecipação da violência, a expectativa de que ela ocorra, é o que leva o ator sendo coagido a buscar evitá-la. Assim, conforme Schelling (2020, p. 2), para que seja coercitiva, a violência deve ser *antecipada* e deve ser *evitável* por acomodação (dos interesses do Estado exercendo a coerção). Desse modo, Schelling (2020) define a diplomacia coercitiva como a exploração do poder de ferir como um poder barganha, o que viria a ser justamente a estratégia russa caso optasse por uma mudança na sua postura nuclear dissuasória para uma de prontidão de combate.

Ou seja, o uso de armas nucleares pela Rússia na Ucrânia pode significar não seu emprego, mas, sim, a utilização dessas armas para influenciar o comportamento ucraniano a fim de atender os interesses russos. A Rússia pode, assim, atingir seus objetivos, se bem-sucedida na estratégia de compelência, sem arriscar uma guerra nuclear limitada com seus parceiros ocidentais que até o momento não se mostraram dispostos a comprometer suas próprias tropas ao conflito. Vale lembrar, como aponta Morgan (2003) que, na prática, ambas, dissuasão e compelência, se sobrepõem.

4.2 A estratégia da coerção na prática: a ameaça de emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia, dissuasão, compelência e aspectos normativos

Diferentemente das armas nucleares estratégicas, que estão sujeitas a tratados de controle de armas, as chamadas armas nucleares táticas, isto é, aquelas de menor alcance e menor impacto (com radiação mais limitada) não estão. A Rússia possui cerca de 2.000 dessas armas (WACHS, 2022), um número alto o suficiente para chamar a atenção para a possibilidade de emprego no atual conflito. Uma vez que os tomadores de decisão russos considerassem esse o curso racional para a consecução de objetivos militares, o emprego dessas armas poderia ocorrer e até mesmo iniciar uma guerra nuclear limitada, caso houvesse o envolvimento de forças da OTAN no conflito.

Contudo, como afirma Schelling (2020, p. 10), a violência tem mais propósito e é mais bem sucedida quando é ameaçada e não utilizada. De maneira consonante, Atkinson (2010) afirma que armas nucleares também sustentam o poder latente de um Estado. Assim, assume-se que o objetivo russo não é, de fato, empregar suas armas nucleares táticas, mas, sim, convencer seus oponentes, a Ucrânia e, eventualmente, a OTAN, de que irá empregá-las, caso os interesses vitais do Estado russo estejam em jogo. Salienta-se, contudo, que uma vez que não se pode determinar com clareza o que seriam as ameaças à existência do Estado russo, como ressaltado no subcapítulo anterior, não é possível também cravar quais seriam esses interesses vitais. Dessa forma, certo grau de ambiguidade trabalha favoravelmente à Rússia, que pode explorá-la ao não deixar claro que limites não podem ser ultrapassados. Como aponta Biddle (2020), um certo grau de imprecisão ocasionalmente pode ser útil para a dissuasão. Dessa forma, como salienta Schelling (2020), a força bruta é bem-sucedida quando aplicada, mas o poder de ferir é mais bem-sucedido quando mantido em reserva.

Ainda assim, faz-se a ressalva de que, na medida em que a perda dos territórios disputados no leste ucraniano ou, eventualmente, a perda da Crimeia possa ser considerada inaceitável pelo Estado russo, a possibilidade de recurso ao uso de armas nucleares aumenta. Salienta-se que a Ucrânia não reconhece a Crimeia como território russo (G1, 2014), embora o controle *de facto* deste pelos russos ocorra desde 2014. Soma-se a isso o fato de que as repúblicas separatistas ucranianas foram, após já citados referendos, incorporadas à Federação Russa, de modo que ataques nesses territórios podem ser percebidos como ameaça à segurança do Estado russo.

Para Schelling (2020), nenhuma tecnologia representa tanto o poder de ferir, isto é, a capacidade de causar dor, quanto as armas nucleares. É justamente o seu alto poder destrutivo, mas principalmente a *rapidez* com a qual essas armas são capazes de destruir que torna o medo ao redor delas ainda mais latente. Assim, embora aplicando força bruta por meio da invasão militar, a Rússia mantém seu maior trunfo (armas nucleares) em reserva, exercendo, desse modo, poder coercitivo. Conforme Schelling (2020), é a ameaça de dano, ou de mais dano por vir, que pode fazer alguém — neste caso a Ucrânia — render-se ou consentir (a independência das repúblicas separatistas, por exemplo).

Atkinson (2010) em uma crítica ao argumento de Tannenwald (2007) salienta que o uso das armas nucleares pode ser compreendido muito além do seu emprego no campo de batalha, superando a mera consideração de seu aspecto material. Para Atkinson (2010), uma

vez que Tannenwald (2007) considera aspectos ideacionais para o entendimento do tabu nuclear, também deveria considerá-los no que se refere ao uso³⁹ de armas nucleares. Ao limitar o conceito de uso para o campo material de detonar uma bomba nuclear contra um inimigo, afirma Atkinson (2010), perde-se o completo escopo de como essas armas podem ser utilizadas. Isso porque, assim como Schelling (2020), a autora compreende o poder que essas armas têm de influenciar comportamentos e de formular políticas internacionais. Assim, considera Atkinson (2010), que o tabu nuclear, como também afirma Tannenwald (2007), leva em conta os aspectos normativos e morais que o englobam, os quais influenciam e restringem comportamento — a não detonação de bombas nucleares contra o inimigo.

Contudo, se esses aspectos que fogem ao campo material, chamados ideacionais, são considerados para a compreensão do tabu nuclear como fatores que o compõem, então eles deveriam também sê-lo quanto aos seus resultados, argumenta Atkinson (2010). Ou seja, o não-emprego de armas nucleares táticas pela Rússia na Ucrânia não implica que a Rússia não esteja fazendo uso de suas armas contra a Ucrânia. O pequeno grupo de países que possui armas nucleares no sistema internacional é capaz de barganhar, de forma assimétrica se o fazem com atores não nuclearmente armados, ainda que não detonem suas armas nucleares no teatro de operações. Sua posição de prestígio internacionalmente lhes confere uma vantagem em relação aos países não nuclearmente armados. Isso porque poder latente é conceitualmente mais próximo de influência do que de força ou poder, afirma Atkinson (2010). Dessa forma, fica evidente que o poder latente das armas nucleares é utilizado para o alcance de interesses, ainda que esse uso não se dê no campo material.

Ao ameaçar o emprego de armas nucleares na Ucrânia ou simplesmente ao relembrar ao mundo que as possui, Putin exerce influência, poder latente. Ele o faz com ameaças difusas, como quando o presidente afirma que usaria "todos os meios disponíveis para proteger a Rússia e nosso povo" (FAULCONBRIDGE, 2022). Putin também disse que os Estados Unidos criaram um "precedente" ao lançar bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945 (FAULCONBRIDGE, 2022). Essas falas, associadas ao já citado estacionamento de armas nucleares táticas russas em Belarus, bem como à mudança das forças nucleares russas para uma posição de prontidão de combate evidenciam empiricamente a relevância da compreensão da dissuasão nuclear e da

³⁹ Tannenwald (2007) define uso de armas nucleares como a detonação de uma bomba que não seja com o intuito de testar o armamento. Atkinson (2010) critica, portanto, sua definição de uso como focada exclusivamente no campo material.

compelência. Essas, englobadas de uma maneira mais ampla pela coerção, conforme Schelling (2020).

Neste mesmo sentido, em janeiro deste ano de 2023, o *doomsday clock*⁴⁰, estabelecido em 1947 para ilustrar as ameaças existenciais globais na ascensão da era nuclear, foi ajustado para 90 segundos para meia-noite (BORGER, 2023). Esse é o ajuste mais próximo da meia-noite (horário associado ao juízo final) já feito. Rachel Bronson, presidente e CEO do Boletim dos Cientistas Atômicos, disse que o relógio foi movido de 100 segundos para a meia-noite, onde estava nos três anos anteriores, “em grande parte, embora não exclusivamente, por causa dos perigos crescentes na guerra na Ucrânia” (BORGER, 2023). Embora seja apenas uma estimativa simbólica — até alarmista, adiciona-se —, o relógio demonstra justamente a percepção do perigo, da capacidade de destruição e da potencial escalada que o mundo testemunharia caso a Rússia optasse pelo emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia. Ainda que não sirva como estimativa da credibilidade russa frente à Ucrânia e à OTAN, o relógio, como um símbolo já bastante conhecido pela opinião pública internacional, relembra ao mundo o poder latente (em reserva) que a Rússia possui.

A ameaça do uso de armas nucleares táticas na Ucrânia funciona, ainda, como parte da estratégia russa de dissuasão. A Doutrina Nuclear Russa (2020) limita a possibilidade de emprego de armas nucleares a situações específicas. Conforme Chernenko (2022), a Rússia tem reafirmado, não negado, aquilo que foi estabelecido ao final da Guerra Fria: armas nucleares, enquanto existirem, servem a um propósito de defesa, dissuasão de agressões e prevenção à guerra. Além disso, como Schelling (2020) aponta, causar dor e danos absolutos são instrumentos primários de uma estratégia coercitiva e podem, de fato, ser aplicados para intimidar ou dissuadir. Assim, a Rússia ameaça o emprego de armas nucleares na Ucrânia e suas ameaças devem ser levadas a sério pelos seus oponentes a fim de que não haja uma escalada do conflito, mas isso não quer, necessariamente, dizer que armas nucleares serão empregadas. Pelo contrário, é improvável que sejam.

Como conclui Morgan (2003), a teoria da dissuasão é sobre controlar o conflito por

⁴⁰ A ideia por trás do relógio advém da Guerra Fria, quando o mundo esteve mais próximo da aniquilação total, graças à Destruição Mútua Assegurada. Ela consiste na base de que quanto mais próximo da meia-noite, mais próximo do fim dos tempos. Questões como guerras, conflitos geopolíticos de modo geral, questões climáticas, dentre outras são levadas em consideração para o cálculo dos cientistas envolvidos. O mais próximo que o relógio chegou no auge da guerra fria foi de dois minutos para a meia-noite de 1953 após a primeira detonação de uma bomba de hidrogênio (BORGER, 2023).

meio de ameaças adequadas — às preferências do oponente. Mas mesmo quando o dissuasor toma o curso correto de ações, lembra Morgan (2003), o desafiante ainda pode atacar, dadas as incertezas das relações internacionais. Assim, como destaca Levy (2008), essas estratégias, de dissuasão e de diplomacia coercitiva, devem ser dirigidas por líderes políticos, coordenadas com a diplomacia e sensíveis às restrições políticas, visões de mundo e percepções do adversário. Neste sentido, também o tabu nuclear nos ajuda a compreender as razões pelas quais um líder, mesmo aquele que decidiu ignorar o direito internacional e ir contra compromissos com os quais seus antecessores concordaram, não consideraria o emprego de armas nucleares em um conflito de maneira leviana. Fazê-lo também não serviria aos seus objetivos, os quais, ao menos aqueles declarados, não parecem almejar a destruição da Ucrânia ou o risco de uma guerra nuclear, ainda que limitada. Afinal, lembram Kristensen e Korda (2019), qualquer uso de uma arma nuclear, não importa quão pequeno o impacto ou quão curto o alcance, teria consequências estratégicas e reputacionais enormes.

Compreende-se, assim, a ameaça do emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia como parte da postura estratégica russa com o intuito de: 1) evitar o envolvimento direto da OTAN no conflito, já que a Organização se vê dissuadida a fazê-lo em parte pela falta de motivação de comprometer suas próprias tropas e em parte pelo receio de uma escalada para uma guerra nuclear; 2) utilizar-se de seu poder latente conferido pela posse de armas nucleares para exercer, naqueles termos apontados por Schelling (2020), diplomacia coercitiva sobre a Ucrânia, impedindo a utilização de seu território como base para potências ocidentais percebidas como ameaças pela Rússia.

Para Schelling (2020), as armas nucleares servem a um propósito: influência. Dessa forma, o autor deixa clara a relevância da tradição de não uso — sem descartar a dissuasão — e salienta a utilidade dessas armas. De modo consonante, aponta Wachs (2022), de acordo com a definição oficial do governo russo, suas ferramentas de dissuasão (inclusive as nucleares) podem ser usadas para influenciar não apenas os tomadores de decisão política, mas também o público em geral de um estado adversário. Assim, destaca-se que armas nucleares são de fato úteis. Essa utilidade é observada principalmente no que se refere à diplomacia coercitiva, em estratégias de dissuasão e compêlência e, embora pudessem atingir ganhos militares em batalha, seriam menos úteis empregadas dessa forma do que o são para compêlir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, pois, que a ameaça de emprego de armas nucleares na Ucrânia pela Rússia é parte da estratégia russa de dissuasão e compelência. Assim, por meio dos argumentos acima explanados buscou-se compreender tanto a ameaça desse emprego quanto a sua não-ocorrência. Embora se entenda o tabu nuclear como relevante para a compreensão desse não-evento, ainda mais forte se considera a diplomacia coercitiva como razão explicativa para o não-emprego dessas armas. Entende-se, dessa forma, que o uso das armas nucleares ocorre, sobremaneira, para exercer influência, fora do sentido material da detonação de uma bomba em batalha.

Não é, portanto, a conclusão desta pesquisa que a Rússia empregará armas nucleares táticas na Ucrânia. Pelo contrário, supõe-se que a manutenção deste poder latente como poder de barganha servirá muito mais aos interesses russos do que o emprego de tais armas o faria. Isso porque a manutenção do tabu serve aos interesses de todas potências nuclearmente armadas, conservando seu poder coercitivo em relação a seus pares, conforme se viu no *MAD*. Mas também de modo assimétrico, no que se refere a maior parte dos países, os quais não dispõem do dissuasor ideal em seus arsenais. A proscrição do uso sobre armas nucleares parece, assim, distante da realidade das relações internacionais, na medida em que a mera posse dessas armas é, ainda, um grande poder de barganha.

Para chegar a essas conclusões, buscou-se a revisão da literatura especializada, destacando as contribuições de Schelling (2020), Morgan (2003), Tannenwald (2007), Mearsheimer (1993), e Waltz (2012), dentre outros autores. A partir de seus escritos, foi possível analisar a Doutrina Nuclear Russa, sob a ótica da dissuasão nuclear, a fim de compreender os conceitos centrais ao seu funcionamento, quais sejam: a racionalidade, as capacidades e a credibilidade. Em vista de uma compreensão mais ampla da Doutrina Nuclear Russa, buscou-se, ainda, o apoio em teorias outras, para além da dissuasão. Assim, o entendimento do tabu nuclear, bem como – em sobreposição à dissuasão –, da compelência, contribuíram para a análise da estratégia nuclear russa no que se refere à Ucrânia.

Esta pesquisa ressalta, ainda, a perene relevância da dissuasão nuclear nas relações internacionais. Apesar de sua literatura, mais tradicionalmente, estar focada no período da Guerra Fria, a dissuasão nuclear não perdeu importância após o fim do mais recente período

de bipolaridade. Pelo contrário, a ascensão de novos Estados na arena internacional, inclusive novas potências nucleares, é prova cabal da renovada atenção que merece este tema. Em contextos regionais e globais; com paridade nuclear ou não; manifestando-se de forma mútua ou unilateral, a dissuasão nuclear permaneceu como estratégia preponderante para evitar guerras ou a escalada de conflitos internacionais.

A despeito disso, a dissuasão não é, de fato, a única explicação para o não-emprego de armas nucleares nos conflitos armados ou situações de crises internacionais, mesmo após décadas de desenvolvimento dessas armas. Indubitavelmente, o tabu nuclear exerce importante influência sobre o processo de tomada de decisão dos líderes em vista do não-emprego dessas armas. Isso ocorre devido a crenças pessoais desses líderes ou devido a constrangimentos impostos pela consolidação do tabu, como a normatização do não-emprego, que se verifica por meio de tratados internacionais em vista da não-proliferação ou, mais ousadamente, em vista da proscricção dessas armas. Esses constrangimentos podem, também, ser advindos da opinião pública, seja ela nacional ou internacional. Ainda assim, não tivesse o tabu nuclear germinado e se fortalecido no contexto da bipolaridade, quando imperava a dissuasão mútua entre EUA e URSS, dificilmente uma força moral teria prevalecido sobre os interesses das relações entre os Estados. Inobstante a isso, o tabu nuclear pode ser visto como um complemento à dissuasão, já que a fortalece com seus efeitos reguladores, como destaca Tannenwald (2007).

O contexto da guerra russo-ucraniana coloca em xeque aqueles que pensavam na obsolescência do conflito armado entre Estados (guerra convencional) como forma de resolução de disputas. De modo distinto, a realidade aponta no sentido da permanência do fenômeno da guerra nas relações entre os Estados. Mesmo antes da deflagração deste conflito, outras situações geopolíticas, como a questão da Caxemira, reivindicada por Índia e Paquistão, já chamavam a atenção devido à presença de violência latente – e por envolver dois países nuclearmente armados. Assim, os eventos na Ucrânia não são aqui entendidos como um “retorno” às disputas geopolíticas entre grandes potências, visto que essas disputas nunca deixaram de ocorrer.

Outrossim, como uma grande potência, especialmente devido ao seu *status* de Estado nuclearmente armado, e, conseqüentemente do seu elevado poder de influência na arena internacional, não é de se estranhar que a Rússia busque estabelecer uma zona de influência no seu entorno estratégico. Ou, como coloca Putin, nos territórios da Rússia

histórica. Isso não elimina, naturalmente, o elemento de agressão da invasão à Ucrânia ou isenta o governo russo de suas responsabilidades sobre a guerra. É simplesmente uma constatação do poder do Estado russo e da sua racional adotada ao invadir. A Doutrina Nuclear Russa busca, assim, garantir a dissuasão contra potenciais ameaças e a defesa do Estado russo. Mas também, a busca de seus interesses, já que o país pode se utilizar de seu poder nuclear latente para exercer influência sobre outros Estados.

Conclui-se, desse modo, que a ameaça de emprego de armas nucleares táticas na Ucrânia pela Rússia baseia-se, sobremaneira, no singular medo que essas armas, bem como a possibilidade de escalada para uma eventual guerra nuclear limitada, inspiram. Assim, a dissuasão ocorre também na presença dessa ameaça e, de modo ainda mais sobressalente, a diplomacia coercitiva russa, a qual visa a não-adesão da Ucrânia à OTAN. Isso porque o ingresso da Ucrânia à Organização aprofundaria o dilema de segurança russo, aumentando ainda mais as fronteiras entre o país e a aliança militar. Ademais, diminuindo o espaço entre potenciais ameaças à Rússia e Moscou, com a supressão dos chamados Estados-tampão, como seria o caso da Ucrânia – sob a ótica de Moscou.

Seja na Ucrânia ou em outros conflitos geopolíticos, a compreensão das ameaças envolvendo armas nucleares é de vital importância para os estudos estratégicos e de segurança internacional. Essas armas, também por causa da vigência do tabu, guardam especial relevância na geopolítica. O seu não-emprego, afinal, não é o mesmo que o seu não-uso, de modo que a mera posse dessas armas é suficiente para alterar o processo de barganha entre os Estados. Assim, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a questão. Em contrapartida, fomenta os debates em seu entorno a fim de favorecer uma compreensão mais ampla do escopo de atuação dessas armas.

REFERÊNCIAS

AFP, Folha de Pernambuco. As munições com urânio empobrecido, polêmicas armas perfurantes: Armas são eficazes para atingir blindados, mas de uso controverso devido aos riscos tóxicos. *In: Folha de Pernambuco*. [S. l.], 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/as-municoes-com-uranio-empobrecido-polemicas-armas-perfurantes/263238/>. Acesso em: 30 maio 2023.

AGÊNCIAS, RW. Cúpula da OTAN: Encontro é marcado por divergências sobre futura adesão de Geórgia e Ucrânia à aliança. EUA são a favor, Rússia é contra. Nova estratégia para o Afeganistão também é tema do encontro, que tem a presença de Bush e Putin.. *In: DW: Made for minds..* [S. l.], 2 abr. 2008. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/c%C3%BApula-da-otan-na-rom%C3%AAnia-%C3%A9-marcada-por-confronta%C3%A7%C3%A3o-com-a-r%C3%BAssia/a-3233177>. Acesso em: 30 maio 2023.

AIR FORCE, USA. F-16 Fighting Falcon. *In: Official United States Air Force Website*. [S. l.], Setembro 2021. Disponível em: <https://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/104505/f-16-fighting-falcon/>. Acesso em: 30 maio 2023.

ARMSTRONG, Martin. The New START Treaty's Effect on Nuclear Warhead Deployment. *In: Statista*. [S. l.], 22 fev. 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/29362/us-russia-deployed-nuclear-warheads-new-start-treaty/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ARMSTRONG, Martin. Where U.S. Nuclear Bombs Are Stored in Europe. *In: Statista*. [S. l.], 7 out. 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/18711/bases-for-us-b61-nuclear-gravity-bombs-in-europe/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ATKINSON, Carol. Using Nuclear Weapons. *Review of International Studies*, [s. l.], v. 36, ed. 4, p. 839-851, Outubro 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40961955>. Acesso em: 14 maio 2023.

BATASHVILI, David. RONDELI RUSSIAN MILITARY DIGEST: The Battle of Ukraine. *In: RONDELI FOUNDATION*. Special Issue 1. ed. [S. l.], 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gfsis.org.ge/russian-monitor/view/3136>. Acesso em: 7 maio 2023.

BEAUMONT, Peter; ROTH, Andrew. What are dirty bombs and why is Russia talking about them?. *In: The Guardian*. [S. l.], 25 out. 2022. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2022/oct/25/what-are-dirty-bombs-russia-ukraine>. Acesso em: 27 maio 2023.

BIDDLE, Tami Davis. Coercion Theory: A Basic Introduction for Practitioners. **TEXAS NATIONAL SECURITY REVIEW**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 94-109, Primavera 2020. Disponível em: <https://tnsr.org/2020/02/coercion-theory-a-basic-introduction-for-practitioners/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BLAKE, Aaron. What the Budapest Memorandum means for the U.S. on Ukraine. *In: The Washington Post: Democracy Dies in Darkness*. [S. l.], 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/02/01/what-budapest-memorandum-means-us-ukraine/>. Acesso em: 30 maio 2023.

BOLTON, John. How Russia Is Beating the West at Deterrence. *In: TIME*. [S. l.], 9 mar. 2022. Disponível em: <https://time.com/6155990/russia-ukraine-invasion-deterrence/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BONET, Pilar. A Rússia anula os acordos com a Ucrânia sobre a presença da sua frota na Crimeia: Moscou desmonta a base jurídica das suas relações com Kiev após a anexação da península. *In: EL PAÍS*. [S. l.], 31 mar. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/internacional/1396286639_183074.html. Acesso em: 4 maio 2023.

BONET, Pilar. Rússia implanta mísseis perto das fronteiras com a Polónia e Lituânia: Em 2011, a Rússia ameaçou instalar foguetes em resposta ao escudo antimísseis dos EUA, situado na Europa. *In: EL PAÍS*. [S. l.], 16 dez. 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/16/internacional/1387219946_831175.html. Acesso em: 7 abr. 2023.

BORGER, Julian. Doomsday Clock at record 90 seconds to midnight amid Ukraine crisis: Scientists warn of 'unprecedented danger' and say 'Russia's war... has raised profound questions'. *In: The Guardian*. [S. l.], 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jan/24/doomsday-clock-at-record-90-seconds-to-midnight-amid-ukraine-crisis>. Acesso em: 14 maio 2023.

'BUFFER zone' between NATO and Russia shrinking. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e1GdP7MsRYE&t=5s>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BUGOS, Shannon. U.S. Completes INF Treaty Withdrawal. *In: Arms Control Association*. [S. l.], Setembro 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2019-09/news/us-completes-inf-treaty-withdrawal>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BUNN, Matthew. Russia's "dirty bomb" disinformation, annotated. *In: Bulletin of the Atomic Scientists*. [S. l.], 1 dez. 2022. Disponível em: <https://thebulletin.org/2022/12/russias-dirty-bomb-disinformation-annotated/>. Acesso em: 27 maio 2023.

BUREAU OF ARMS CONTROL, VERIFICATION AND COMPLAINTS (EUA). Departamento de Estado. Fact sheet de 1º de setembro de 2022. **New START Treaty Aggregate Numbers of Strategic Offensive Arms**, [S. l.], 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/10/September-2022-NST-FACTSHEET-Copy.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estados de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

CASA CIVIL (Brasil). República Federativa do Brasil. DECRETO Nº 1.246, DE 16 DE SETEMBRO DE 1994. **Promulga o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco), concluído na Cidade do México, em 14 de fevereiro de 1967, e as Resoluções números 267 (E-V), de 3 de julho de 1990, 268 (XII), de 10 de maio de 1991, e 290 (VII), de 26 de agosto de 1992, as três adotadas pela Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), na Cidade do México.**, Brasília, 16 set. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1246.htm. Acesso em: 4 abr. 2023.

CHERNENKO, Elena. Deciphering Putin's Nuclear Doctrine: Before we worry about the use of nuclear weapons in Ukraine, we have to understand Russia's nuclear policy.. *In: OUTFRIDER*. [S. l.], 7 jun. 2022. Disponível em: <https://outrider.org/nuclear-weapons/articles/deciphering-putins-nuclear-doctrine>. Acesso em: 18 maio 2023.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Edited and Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

DEPARTAMENTO DE ESTADO (EUA). Governo dos Estados Unidos da América. 2023. **New START Treaty**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/new-start/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DEPARTAMENTO DE ESTADO (EUA). Governo dos Estados Unidos da América. FACT SHEET DE 1 DE MARÇO DE 2022. **New START Treaty Aggregate Numbers of Strategic Offensive Arms of the United States and the Russian Federation**,

February 2011 - March 2022, [S. l.], 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/new-start-treaty-aggregate-numbers-of-strategic-offensive-arms-of-the-united-states-and-the-russian-federation-february-2011-march-2022/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **Military Strategy: A Very Short Introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

EFE, A. Ucrânia condena ex-presidente Viktor Yanukovich 5 anos depois de sua cassação. *In: UOL*. [S. l.], 24 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/01/24/ucrania-condena-ex-presidente-viktor-yanukovich-5-anos-depois-de-sua-cassacao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 6 maio 2023.

FAULCONBRIDGE, Guy. Analysis: What is Russia's policy on tactical nuclear weapons?. *In: REUTERS*. [S. l.], 17 out. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/what-is-russias-policy-tactical-nuclear-weapons-2022-10-17/>. Acesso em: 19 maio 2023.

FAULCONBRIDGE, Guy. Factbox: Has Putin threatened to use nuclear weapons?. *In: REUTERS*. Londres: Alex Richardson, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/has-putin-threatened-use-nuclear-weapons-2022-10-27/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Yanukovich sustenta que "um grupo de neonazistas" governa Kiev: O presidente ucraniano deposto insiste em que continua sendo o chefe de Estado legítimo da Ucrânia. *In: EL PAÍS*. [S. l.], 11 mar. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/11/internacional/1394537176_483330.html. Acesso em: 6 maio 2023.

FERREIRA, W.; TEIXEIRA JR, A. **Estratégia Militar Aplicada Metodologia de Emprego**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FOLHA DE S. PAULO, A. NAVIOS NO MAR NEGRO: Ucrânia e Rússia põem fim a disputa por frota. *In: FOLHA DE S. PAULO*. São Paulo, 29 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft290508.htm>. Acesso em: 4 maio 2023.

FORÇA AÉREA, A. OTAN vigia de perto o Oblast russo de Kaliningrado. *In: Revista Força Aérea*. [S. l.], 10 ago. 2022. Disponível em: <https://forcaaerea.com.br/otan-vigia-de-perto-o-oblast-russo-de-kaliningrado/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FREEDMAN, Lawrence. The First Two Generations of Nuclear Strategists. *In*: PARET, P; CRAIG, G; GILBERT, F. **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton: Princeton University Press, 2010. cap. 25, p. 735-778. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9781400835461-027/html>. Acesso em: 19 out. 2022.

FREEDMAN, Lawrence. **The evolution of Nuclear Strategy**. 3. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2003.

FREEDMAN, Lawrence. UKRAINE AND THE ART OF LIMITED WAR. *In*: **WAR ON THE ROCKS**. [S. l.], 8 out. 2014. Disponível em: <https://warontherocks.com/2014/10/ukraine-and-the-art-of-limited-war/>. Acesso em: 31 maio 2023.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. Coercion. *In*: WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: an introduction**. 2. ed. [S. l.: s. n.], 2013. p. 206-220.

FRICK, Leonardo. Wie viele Atomwaffen besitzt Russland? Wladimir Putin hat wiederholt mit dem Einsatz von Atomwaffen gedroht. Doch über welche nuklearen Waffen verfügt Russland eigentlich? Ein Überblick. *In*: **Handelsblatt**. [S. l.], 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.handelsblatt.com/politik/ukraine-krieg-wie-viele-atomwaffen-besitzt-russland/28114552.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FRIEDERICHS, Hauke. Welche Hilfe die Ukraine von anderen Staaten bekommt: Wer unterstützt die Ukraine mit wie viel Geld und mit wie vielen Waffen? Daten von Wirtschaftsforschern aus Kiel zeigen: Deutschland schneidet gar nicht so schlecht ab.. *In*: **ZIET ONLINE**. [S. l.], 2 maio 2022. Disponível em: https://www.zeit.de/politik/ausland/2022-04/ukraine-waffenlieferung-finanzhilfen-laender-vergleich?utm_referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F. Acesso em: 30 maio 2023.

GALLOY, Théophile. Arming Ukraine, Understanding the Benefits and Risks of Arms Transfers. **Mindset Europe**, [s. l.], v. 33, ed. 127, 2022.

GLOBAL TIMES, The. The UK should be strongly condemned for this 'dirty' act: Global Times editorial. *In*: **Global Times**. [S. l.], 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202303/1287802.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GOVERNO DO EUA E DO MÉXICO (EUA e México). Governos dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos do México. 02 de fevereiro de 1848. **Treaty of Guadeloupe Hidalgo**, Guadeloupe Hidalgo, 1848. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/treaty-of-guadeloupe-hidalgo#:~:text=This%20treaty%2C%20signed%20on%20February,Oklahoma%2C%20Kansas%2C%20and%20Wyoming>. Acesso em: 8 maio 2023.

G1, Mundo. Assembleia Geral da ONU aprova resolução contra invasão da Ucrânia pela Rússia; Brasil vota a favor, junto a ampla maioria de países. *In: **Globo.com**. [S. l.], 2 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/03/02/assembleia-geral-da-onu-aprova-resolucao-contrainvasao-da-russia-pela-ucrania.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2023.*

G1, Mundo. Confrontos entre manifestantes e polícia têm mais mortes na Ucrânia: Número de mortos na capital, Kiev chega a 25, segundo as autoridades. Ativistas invadiram prédios do governo; presidente vê 'insurreição'.. *In: **Globo.com**. São Paulo, 19 fev. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/ucrania-tem-madrugada-de-disturbios-numero-de-mortos-vai-25-em-kiev.html>. Acesso em: 6 maio 2023.*

G1, Mundo. Finlândia entra formalmente na Otan, e Rússia promete retaliação: País nórdico fez pedido de adesão nove meses atrás, por conta da guerra da Ucrânia. Rússia, vizinha da Finlândia, afirmou que entrada aumenta risco de conflito.. *In: **Globo.com**. [S. l.], 4 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/04/finlandia-entra-formalmente-na-otan.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2023.*

G1, Mundo. Resultado final aponta 96,8% dos crimeios a favor da união à Rússia: 1,2 milhão de eleitores votaram pela anexação ao país vizinho. Parlamento crimeano deverá aprovar resultado nesta segunda-feira (17).. *In: **Globo.com**. [S. l.], 17 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/resultado-final-aponta-97-dos-crimeios-favor-da-uniao-russia.html>. Acesso em: 4 maio 2023.*

G1, Mundo. Ucrânia não reconhece a incorporação da Crimeia à Rússia: Dois líderes da Crimeia assinaram acordo para tornar área parte da Rússia. Obama convoca reunião do G7; veja reação da UE e dos EUA sobre crise.. *In: **Globo.com**. [S. l.], 18 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/ucrania-nao-reconhece-incorporacao-da-crimea-russia.html#:~:text=A%20Ucr%C3%A2nia%20n%C3%A3o%20reconhecer%C3%A1%20jamais,Perebyinis%2C%20segundo%20a%20ag%C3%A4ncia%20Interfax>. Acesso em: 30 abr. 2023.*

HARAN, Olexiy; BURKOVSKYI, Petro. The EU and Ukraine's Public Opinion: Changing Dynamic. **JOINT: A joined-up Union, a stronger Europe**, [s. l.], n. 25, Dezembro 2022. Disponível em: https://www.iai.it/sites/default/files/joint_b_25.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

HUDSON, Valerie; DAY, Benjamin S. **Foreign Policy Analysis**. 3. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2019.

ISACHENKOV, VLADIMIR. Russia's security chief blasts West, dangles nuclear threats. *In: AP*. Moscou, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/medvedev-nuclear-putin-arrest-warrant-germany-ukraine-6dcde92e06f41a7c5cb7386f7939df33>. Acesso em: 16 jun. 2023.

KIM, Younkyoo; BLANK, Stephen. Russia's arms sales policy after Ukraine sanctions. **Asian Politics & Policy**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 380-398, 31 maio 2023.

KIMBALL, Daryl. The Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty at a Glance. *In: Arms Control Association*. [S. l.], Agosto 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/INFtreaty>. Acesso em: 17 abr. 2023.

KIMBALL, Daryl G. Ukraine, Nuclear Weapons, and Security Assurances at a Glance. *In: Arms Control Association*. [S. l.], Fevereiro 2022. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Ukraine-Nuclear-Weapons>. Acesso em: 21 abr. 2023.

KIPP, Jacob W. RUSSIAN DOCTRINE ON TACTICAL NUCLEAR WEAPONS: CONTEXTS, PRISMS, AND CONNECTIONS. **Tactical Nuclear Weapons and NATO**, [s. l.], p. 116-154, 1 abr. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep12088.9>. Acesso em: 20 maio 2023.

KOCHIS, Daniel; SPOEHR, Thomas; COFFEY, Luke; GELLER, Patty-Jane. The Russian Threat: Bolstering NATO Deterrence at a Critical Time. *In: The Heritage Foundation*. [S. l.], 14 mar. 2022. Disponível em: <https://www.heritage.org/defense/report/the-russian-threat-bolstering-nato-deterrence-critical-time>. Acesso em: 28 nov. 2022.

KOFMAN, Michael. PUTIN'S WAGER IN RUSSIA'S STANDOFF WITH THE WEST. *In: WAR ON THE ROCKS*. [S. l.], 24 jan. 2022. Disponível em: <https://warontherocks.com/2022/01/putins-wager-in-russias-standoff-with-the-west/>. Acesso em: 30 maio 2023.

KORSHUNOV, Maxim. Mikhail Gorbachev: I am against all walls. *In: RUSSIA BEYOND*. [S. l.], 16 out. 2014. Disponível em: https://www.rbth.com/international/2014/10/16/mikhail_gorbachev_i_am_against_all_walls_40673.html. Acesso em: 30 maio 2023.

KREMLIN (Rússia). Ministério das Relações Exteriores; PUTIN, Vladimir. Full text: Putin's declaration of war on Ukraine. *In: The Spectator*. Moscou, 24 fev. 2022. Transcrição traduzida para o inglês do discurso de Vladimir Putin televisionado em 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.spectator.co.uk/article/full-text-putin-s-declaration-of-war-on-ukraine/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KRISTENSEN, Hans M.; KORDA, Matt. Russian nuclear weapons, 2022. **Bulletin of the Atomic Scientists**, [s. l.], v. 78, n. Issue 2: Special Issue: How to manage the US-China relationship and avert a new Cold War, p. 98-121, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00963402.2022.2038907>. Acesso em: 23 abr. 2023.

KRISTENSEN, Hans M.; KORDA, Matt. Tactical nuclear weapons, 2019. **Bulletin of the Atomic Scientists**, [s. l.], v. 75, n. Issue 5, p. 252-261, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00963402.2019.1654273>. Acesso em: 20 abr. 2023.

KRISTENSEN, Hans M.; KORDA, Matt. United states nuclear weapons, 2023. **Bulletin of the Atomic Scientists**, [s. l.], v. 79, n. Issue 1: Special issue: Why some renewable technologies will fail - and others survive - the 'Valley of Death', p. 28-52, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00963402.2022.2156686>. Acesso em: 23 abr. 2023.

KULEBA, Dmytro. 5 Reasons Ukraine Should Get F-16 Jets. *In: Foreign Policy Magazine*. [S. l.], 15 maio 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/05/15/ukraine-war-f16-fighter-jets-zelensky-russia-weapons-deliveries/>. Acesso em: 30 maio 2023.

LUSA, DN. Arménia acusa Rússia de falta de apoio e recusa manobras militares conjuntas. *In: Diário de Notícias*. [S. l.], 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/armenia-acusa-russia-de-falta-de-apoio-e-recusa-manobras-militares-conjuntas-15631917.html>. Acesso em: 7 maio 2023.

LYON, Rod. Nuclear strategy in a changing world: The use and non-use of nuclear weapons. **Australian Strategic Policy Institute**, [s. l.], 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep23099.4?seq=1>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MADHANI, Aamer; BALDOR, Lolita C. Biden's shift on F-16s for Ukraine came after months of internal debate. *In: Associated Press*. [S. l.], 22 maio 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/biden-ukraine-f16-decision-russia-64538af7c10489d7c2243dadbad31008>. Acesso em: 30 maio 2023.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MASTERS, Jonathan; MERROW, Will. How Much Aid Has the U.S. Sent Ukraine? Here Are Six Charts: Six graphics illustrate the extraordinary level of support the United States has provided Ukraine this past year in its war against Russian invaders. *In: COUNCIL on FOREIGN RELATIONS*. [S. l.], 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/how-much-aid-has-us-sent-ukraine-here-are-six-charts#:~:text=Since%20the%20war%20began%2C%20the,Economy%2C%20a%20German%20research%20institute>. Acesso em: 24 maio 2023.

MASTERS, Jonathan; MERROW, Will. Nuclear Weapons in Europe: Mapping U.S. and Russian Deployments. *In: COUNCIL on FOREIGN RELATIONS*. [S. l.], 30 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/nuclear-weapons-europe-mapping-us-and-russian-deployments>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MAZARR, Michael J. Understanding Deterrence. *In: RAND CORPORATION: OBJECTIVE ANALYSIS. EFFECTIVE SOLUTIONS.* [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1983.

MEARSHEIMER, John J. The Case for a Ukrainian Nuclear Deterrence. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 73, n. 3, p. 50-66, 31 maio 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Rússia). Federação Russa. N° 355. **Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence**, Moscou, 2 jun. 2020. Disponível em: https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/international_safety/disarmament/-/asset_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094. Acesso em: 24 abr. 2023.

MORGAN, Patrick. **Deterrence Now**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

NATO, The. AAP - 06 Edition 2013 of the NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS (ENGLISH AND FRENCH). **NATO STANDARDIZATION AGENCY (NSA)**, [s. l.], 31 maio 2023. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/Other_Pubs/aap6.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

NATO, The. Deterrence and defence. *In: NATO*. [S. l.], 12 set. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm#:~:text=NATO's%20deterrence%20and%20defence%20posture,an%20appropriate%20and%20tailored%20approach. Acesso em: 28 nov. 2022.

NATO, The. NATO Audience Research: pre-Summit polling results 2022. **NATO Public Diplomacy Division**, [s. l.], 22 jun. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/220622-pre-summit-research-2022.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

ONU. Organização da Nações Unidas. Carta das Nações Unidas do dia 26 de junho de 1945. **Carta das Nações Unidas**, [S. l.], 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.
ONU. 07 DE JULHO DE 2017. **TREATY ON THE PROHIBITION OF NUCLEAR WEAPONS**, [S. l.], 7 jul. 2017. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Treaties/2017/07/20170707%2003-42%20PM/Ch_XXVI_9.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

OTAN. Bucharest Summit Declaration: Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Bucharest on 3 April 2008. *In: OTAN. OTAN: Press Release (2008) 049*. Bucareste, 3 abr. 2008. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

PÉCZELI, Anna. The Modernization of the B61 Gravity Bombs and the Problem of Misconceptions. **Center for Strategic and Defense Studies**, [s. l.], Outubro 2015.
PETROVSKIY, Pavel F. Nova Doutrina Militar da Rússia. **Nação e Defesa**, [s. l.], ed. 125, p. 209-214, Primavera 2010.

PICHETA, Rob; LISTER, Tom. Como Kaliningrado pode se tornar o próximo ponto de tensão entre Rússia e Ucrânia: Sanções a território localizado na costa do Báltico motivou novo desentendimento entre Moscou e União Europeia. *In: CNN Brasil*. [S. l.], 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-kaliningrado->

pode-se-tornar-o-proximo-ponto-de-tensao-entre-russia-e-ucrania/. Acesso em: 24 abr. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). República Federativa do Brasil. DECRETO Nº 2.864, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998. **Promulga o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscou e Washington, 1º de julho de 1968.**, Brasília, 7 dez. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm. Acesso em: 4 abr. 2023.

PRESIDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Casa Branca. Fact Sheet de 16 de março de 2022. **Fact Sheet on U. S. Security Assistance for Ukraine**, [S. l.], 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/03/16/fact-sheet-on-u-s-security-assistance-for-ukraine/>. Acesso em: 29 maio 2023.

REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, A. **USAF: Ucrânia precisa de 50 0 80 caças F-16 e entrega não ocorreria antes de 18 a 24 meses.** [S. l.], 4 mar. 2023. Disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2023/03/04/usaf-ucrania-precisa-de-50-a-80-cacas-f-16-e-entrega-nao-correria-antes-de-18-a-24-meses/>. Acesso em: 30 maio 2023.

RFE/RL, The. Ukraine President Signs Constitutional Amendment On NATO, EU Membership. *In: RadioFreeEurope: RadioLiberty.* [S. l.], 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/ukraine-president-signs-constitutional-amendment-on-nato-eu-membership/29779430.html>. Acesso em: 6 maio 2023.

REGAN, Helen; HALLAM, Jonny; KNIGHT, Mariya. Rússia fornecera mísseis com capacidade nuclear para Belarus: Putin se reuniu com o presidente do país vizinho, Alexander Lukashenko, em reunião em São Petersburgo no sábado (25). *In: CNN Brasil.* [S. l.], 26 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-fornecera-misseis-com-capacidade-nuclear-para-belarus/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

REIF, Kingston. After the INF Treaty, What Is Next?. *In: Arms Control Association.* [S. l.], Janeiro/Fevereiro 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2019-01/news/after-inf-treaty-what-next>. Acesso em: 17 abr. 2023.

REUTERS, Da. Referendo tem 96% de apoio à adesão de territórios ocupados, diz agência russa: A votação ocorreu durante cinco dias em quatro regiões que compõem cerca de 15% do território ucraniano. *In: CNN Brasil.* [S. l.], 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/referendo-em-areas-ocupadas-da-ucrania-mostra-96-de-apoio-para-adesao-a-russia/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

REUTERS, Europe. Factbox: How long will it take Ukraine to join EU?. *In: REUTERS*. [S. l.], 2 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/how-long-will-it-take-ukraine-join-eu-2023-02-02/>. Acesso em: 30 maio 2023.

RICHTER, Paul. U.S. Weighs Tactical Nuclear Strike on Iraq. *In: Los Angeles Times*. [S. l.], 25 jan. 2003. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2003-jan-25-fg-nuke25-story.html>. Acesso em: 17 maio 2023.

RUSSIA, Government of. Kremlin. *In: Address by the President of the Russian Federation*. [S. l.], 21 set. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/69390>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 2020.

TANNENWALD, Nina. 'Limited' Tactical Nuclear Weapons Would Be Catastrophic: Russia's invasion of Ukraine shows the limits of nuclear deterrence. *In: SCIENTIFIC AMERICAN*. [S. l.], 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/limited-tactical-nuclear-weapons-would-be-catastrophic/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

TANNENWALD, Nina. **The Nuclear Taboo**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TRAYNOR, Ian. Us campaign behind the turmoil in Kiev. *In: The Guardian*. [S. l.], 26 fev. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/nov/26/ukraine.usa>. Acesso em: 6 maio 2023.

THE NEW YORK TIMES, In. President vows to keep control over atom arms; denies any nuclear weapons is conventional in answer to Goldwatre's remark; talk opens campaign; 100.000 in Detroit hear call for unity - Johnson mixes with throng at square. *In: The New York Times*. [S. l.], 8 set. 1964. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1964/09/08/archives/president-vows-to-keep-control-over-atom-arms-denies-any-nuclear.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

UKRAINE, President of. Head of State: We do not give up the issue of Ukraine's accession to NATO, but it depends not only on us. *In: Official Website of the President of Ukraine*. [S. l.], 14 fev. 2022. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/en/news/glava-derzhavi-mi-ne-znimayemo-pitannya-pro-vstup-ukrayini-d-72885>. Acesso em: 6 maio 2023.

VALOR ECONÔMICO, O. União Europeia fecha acordo para dobrar o fornecimento de gás do Azerbaijão. *In: Valor Econômico*. São Paulo, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/07/18/uniao-europeia-fecha-acordo-para-dobrar-o-fornecimento-de-gas-do-azerbajao.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2023.

WACHS, Lydia. The Role of Nuclear Weapons in Russia's Strategic Deterrence. *Stiftung Wissenschaft und Politik*, [s. l.], n. 68, Novembro 2022.

WALKER, William. The absence of a taboo on the possession of nuclear weapons. *Review of International Studies*, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 865-876, Outubro 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40961957>. Acesso em: 16 abr. 2023.

WALT, Stephen M. What Putin Got Right: The Russian president got many things wrong about invading Ukraine - but not everything. *In: Foreign Policy Magazine*. [S. l.], 15 fev. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/02/15/putin-right-ukraine-war/>. Acesso em: 7 maio 2023.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the State and War::** a theoretical analysis. 2. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth N. The Spread of Nuclear Weapons: More May Better. *The Adelphi Papers*, [s. l.], v. 21, n. 171, 1981. Disponível em: 10.1080/05679328108457394. Acesso em: 17 abr. 23.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability. *Foreign Affairs*, [s. l.], v. 91, n. 4, p. 2-5, Julho/Agosto 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23218033>. Acesso em: 12 mar. 2023.

WILLIAMS, Heather. Deterring Nuclear Weapons Use in Ukraine. *In: CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES*. [S. l.], 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/deterring-nuclear-weapons-use-ukraine>. Acesso em: 28 nov. 2022.

WIRTZ, James. How does Nuclear Deterrence Differ from Conventional Deterrence?. *Strategic Studies Quartely*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 58-75, 2018.

WORLD BANK, The. Population, total - Ukraine. *In: The World Bank*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=UA>. Acesso em: 30 abr. 2023.

YOST, David S. The Budapest Memorandum and Russia's intervention in Ukraine. *International Affairs*, [s. l.], v. 91, n. 3, p. 505-538, 2015.

ZANOBIA, Luana. Os surpreendentes resultados da economia russa após 1 ano de guerra: O PIB caiu 2,1% em 2022, contrariando a previsão de queda de 12%, e registrou superávit comercial impulsionado pelas exportações de petróleo e gás. *In: VEJA*. [S. l.], 22 fev. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/os-surpreendentes-resultados-da-economia-russa-apos-1-ano-de-guerra>. Acesso em: 7 maio 2023.